

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNO VAZ DA SILVA

**O BRASIL NA CANDIDATURA PARA AS OLIMPÍADAS DE 2016: UM ESTUDO DE
SOFT POWER**

Porto Alegre

2014

BRUNO VAZ DA SILVA

**O BRASIL NA CANDIDATURA PARA AS OLIMPIÁDAS DE 2016: UM ESTUDO DE
SOFT POWER**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos O. de Castro

Porto Alegre

2014

BRUNO VAZ DA SILVA

**O BRASIL NA CANDIDATURA PARA AS OLIMPIADAS DE 2016: UM ESTUDO DE
SOFT POWER**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Dra. Sonia Maria Ranincheski

UFRGS

AGRADECIMENTOS

A primeira coisa em que penso quando da conclusão deste trabalho é no orgulho que hoje sou capaz de propiciar à minha família que tanto amo e que tanto fez para que eu estivesse aqui. Dedico este trabalho ao meu avô que, há alguns anos esteve às portas dessa casa e nunca pôde ser brindado com o conhecimento aqui proferido. Vô, considere este trabalho uma forma de manifesto por sua coragem ao enfrentar os gigantes da miséria e da obsolescência e de sua permanência ao lado de sua família. Tu foste meu maior professor por todos estes anos, levando em seu nome um título maior que o de mestres ou doutores, o título de avô. Sinto o orgulho de ser pelas minhas mãos que se escreva o teu sobrenome nos anais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, espero que o nosso lema acompanhe nossos caminhos de sucesso e que nunca esqueçamos que “quem é bom já nasce Vaz”.

À família Ayete e a meu tio Sylvio, que além da força para continuar me deram abrigo. Sem vocês eu não teria continuado e não chegaria a este trabalho. Ao Gihad, meu revisor particular, incansável, afável e grande incentivador, que nas horas mais difíceis esteve ao meu lado pronto para dizer “pode vir comigo”. Aos meus dois oráculos: Michele e Vó Cylene, onde quer que esteja, minhas maiores incentivadoras quando pensei que não era bom o bastante.

Aos meus amigos e colegas do movimento escoteiro, em especial aos chefes da Alcateia Georg Black, que souberam entender minha árdua tarefa e me conceder o distanciamento necessário para cumprir minha missão. Aos meus lobinhos espero deixar como exemplo um bom trabalho, vocês são a esperança que tenho em um futuro melhor, obrigado por me apoiarem sempre, “somos do mesmo sangue irmãozinhos, eu e vós”.

Ao Henrique, excelente professor e incansável profissional, agradeço por acreditar em mim e confiar em meu trabalho. Espero que trabalheemos juntos novamente, me sinto extremamente honrado de ter sido orientado por ti.

Em especial, ao povo brasileiro que através de seus impostos me proporcionou a oportunidade de estudar em uma das melhores universidades do país. Sei que muitos brasileiros que pagaram por meus estudos jamais concluíram ou concluirão o ensino superior. Me sinto responsável por todos e selo aqui uma carta de compromisso com a população de meu país. Meu conhecimento estará sempre disponível para ajudar àqueles que puder.

“A fisherman does not bait his hook with food he likes. He uses food the fish likes.”¹

(Lord Baden-Powell)

¹ Um pescador não isca seu anzol com o alimento que ele gosta. Ele usa o alimento que o peixe gosta.

RESUMO

Na era da Informação a obtenção de poder através da atração mostra-se tão importante para os países no cenário internacional quanto as intervenções militares ou econômicas coercitivas. Faz-se fundamental o estudo deste poder de atração, abordado pela teoria de poder brando de Joseph Nye, para a completa compreensão das relações internacionais. Entre os campos de desenvolvimento desta atração estão os megaeventos esportivos internacionais. Este trabalho se propõe a realizar uma análise entre a postura adotada pelo Brasil na candidatura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016 e os discursos promulgados pelo Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas. Desta maneira, faz-se uma abordagem dos pontos em acordo nas duas ocasiões objetivando-se o maior entendimento sobre o exercício do poder brando pelo Brasil. Conclui-se ao final da análise que há várias similaridades entre os discursos e a candidatura, sobretudo no que diz respeito ao Brasil como país pacífico.

Palavras-chave: Poder brando, diplomacia cultural, diplomacia esportiva, Jogos Olímpicos, diplomacia brasileira.

ABSTRACT

In the information age, obtaining power through attraction is as important to states in the international system as coercive military or economic interventions. It is fundamental to study the power of attraction, embodied in Joseph Nye's soft power theory, to thoroughly understand relations between states. International sport megaevents are present among the fields permeated by that power of attraction. This thesis aims at analyzing the posture adopted by Brazil during Rio de Janeiro's candidacy to the 2016 Summer Olympic Games and the speeches delivered by Brazil at the United Nations General Assembly. This way, similarities between the two stances are analyzed so as to better understand Brazil's exercise of its soft power. This work found several similarities between the speeches and the candidacy, especially on the portrayal of Brazil as a pacific country.

Keywords: Soft power, Cultural diplomacy, Sports diplomacy, Olympic Games, Brazilian diplomacy.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Estrutura organizacional das Nações Unidas	68
Anexo B – Principais habilidades desenvolvidas pelos agentes de diplomacia pública	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Espectro de Poder na Política Internacional.....	23
Figura 2 – Processo de Candidatura para os Jogos Olímpicos.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Votação para cidades sede das Olimpíadas de 2016	57
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Proposta de desenvolvimento	15
Quadro 2 – Principais meios de obtenção poder	24
Quadro 3 – Exemplos de iniciativas de diplomacia esportiva	35
Quadro 4 – Etapas do processo seletivo para as Olimpíadas de 2016.....	56
Quadro 5 – Visão, Legado e Comunicação dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro	59
Quadro 6 – Esquema Conclusivo	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i> (Associação de Nações do Sudeste Asiático)
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC	Comunidade dos Estados Latino Americanos e do Caribe
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COI	Comitê Olímpico Internacional
COM	Comitê Olímpico Nacional
CPI	Comitê Paraolímpico Internacional
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i> (Federação Internacional de Futebol)
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-20	Grupo das vinte maiores economias do mundo
G-5	Os cinco países em desenvolvimento, representando os demais, composto por África do Sul, Brasil, China, Índia e México.
G-8	Grupo dos oito países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
ICD	<i>Institute for Cultural Diplomacy</i> (Instituto de Diplomacia Cultural)
Mercosul	Mercado Comum do Sul
Minustah	<i>Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti</i> (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti)
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
P5	Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia.

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PIGS	Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha
RIO+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro em 2012
UNASUL	União de Nações Sul-americanas
Unitaid	Iniciativa global de saúde fundada por Brasil, Chile, França, Noruega e Reino Unido.

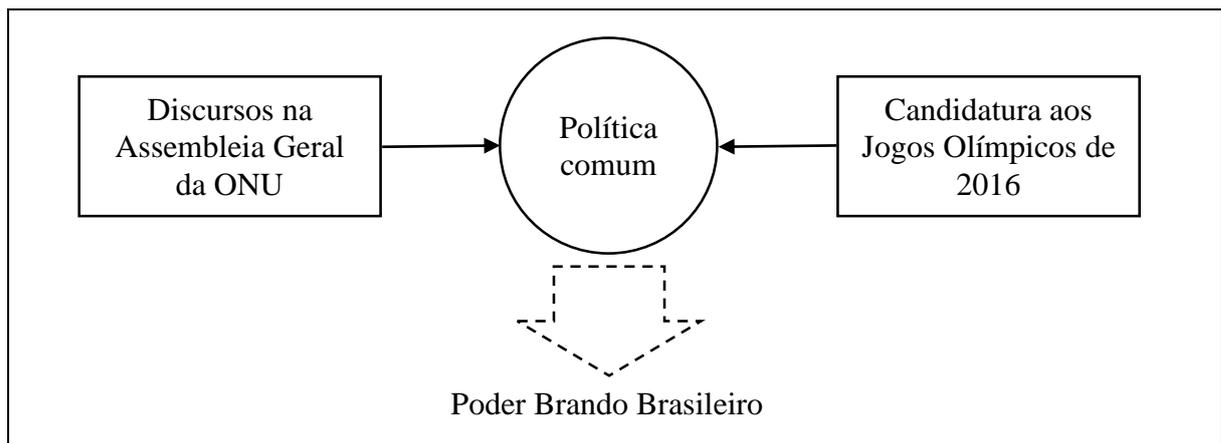
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. O PODER BRANDO SEGUNDO JOSEPH NYE.....	18
2.1. Aplicação do conceito de poder brando.....	25
2.2. Conceituação de diplomacia pública	29
2.3. Conceituação de diplomacia cultural	31
2.4. Conceituação de diplomacia esportiva	33
3. ANÁLISE DOS DISCURSOS DO BRASIL NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS DESDE A CANDIDATURA ÀS OLIMPÍADAS DE 2016	37
3.1. 2007 e 2008: a crise financeira mundial	37
3.2. 2009 e 2010: o incidente em Honduras e o Terremoto no Haiti.....	42
3.3. 2011 e 2012: a Primavera Árabe e a crise europeia	46
3.4. 2013 e 2014: espionagem eletrônica e manifestações políticas.....	50
4. CANDIDATURA BRASILEIRA PARA AS OLIMPÍADAS DE 2016	54
4.1. Processo de escolha da cidade sede dos Jogos Olímpicos.....	54
4.2. Posição brasileira na candidatura aos Jogos Olímpicos	57
5. CONCLUSÕES	61
REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a política externa brasileira junto às Nações Unidas e compará-la com a campanha brasileira para a hospedagem dos Jogos Olímpicos de 2016, abrindo a oportunidade para novos trabalhos identificarem, através de análises similares, o soft power brasileiro. Para desenvolver a análise, faz-se necessária a formulação de alguns objetivos secundários que auxiliarão na compreensão do marco teórico e serão fundamentais para o entendimento completo da conclusão do mesmo. Tais objetivos são: identificar os conceitos de Diplomacia Pública, Diplomacia Cultural e Diplomacia Esportiva e relacioná-los com a política externa brasileira no período de 2007 a 2014; traçar o perfil de influência internacional do Brasil nas Nações Unidas entre os anos de 2007 e 2014; identificar a metodologia utilizada pelo Comitê Olímpico Internacional para candidaturas de cidades-sede dos Jogos Olímpicos; identificar a atuação brasileira durante a campanha para hospedagem dos Jogos Olímpicos de 2016. A hipótese proposta é a de que a campanha brasileira para hospedagem dos Jogos Olímpicos de 2016 corresponde a imagem transmitida pelo Brasil junto as Nações Unidas e pode representar o soft power brasileiro. Tal formulação pode ser exemplificada pelo esquema abaixo.

Quadro 1 – Proposta de desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria

É iminente a teorização de um conceito de soft power brasileiro. Analisando as ações brasileiras nos últimos tempos, percebe-se que, recentemente, o Brasil tomou parte na

formulação de um Livro Branco² que identifica suas capacidades econômicas e militares, artefato de comprovação e mensuração do hard power de diversos países do sistema internacional. A atuação tardia do país quanto à formulação de suas diretrizes militares é consequência de uma deficiência de estudos sobre a influência brasileira perante outras nações. Há de se contemplar, na esfera de influência pública, de igual maneira, o soft power brasileiro. Na ausência de uma definição clara das ferramentas utilizadas pelo Brasil na esfera de influência pública no sistema internacional, em se tratando de poder brando, o presente trabalho pretende comparar a atuação brasileira em duas frentes relevantes de demonstração de influência com o objetivo de evidenciar o tema em âmbito teórico e estimular a criação de uma agenda de soft power nacional, que possa ser utilizada como base e marco teórico para futuros trabalhos sobre o tema.

A escolha dos dois objetos de análise não se dá ao acaso. As Nações Unidas são a organização internacional de maior destaque no que tange à discussão de política internacional; a mesma é subdividida em diversos fóruns de discussão que detêm temas específicos e podem ser identificados conforme o Anexo A deste documento. Cada fórum de discussão representa temas específicos que são abordados, em sua maior parte, por técnicos ou profissionais de ramos de atuação determinados. Cabe entretanto à Assembleia Geral delimitar as diretrizes da política externa que deverá ser discutida em cada fórum, categorizando, assim, o organismo mais evidente de prática do soft power.

Os Jogos Olímpicos de Verão da era moderna, sob o comando do Comitê Olímpico Internacional, têm início em 1896. Desde o ressurgimento das Olimpíadas na era moderna, os Jogos Olímpicos têm assumido, além de uma função esportiva, uma função política fundamental. Pierre de Coubertin, quando da criação do Comitê Olímpico Internacional, almejava reunir as nações para que houvesse um momento de paz no planeta e que fosse enaltecido o espírito olímpico por todos os países.

O esporte e, em particular, os Jogos Olímpicos, são uma plataforma de mídia internacional que pode ser usada para enfatizar certas causas ou se tornar uma ‘ferramenta diplomática alternativa’. Eles podem levar algo ao conhecimento público, chamar atenção para um conflito, servir como exemplo de um combate pacífico etc.” (THE OLYMPIC MUSEUM, 2001, p. 6)

² BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em 24 Nov. 2014.

Esta vem sendo uma ferramenta extremamente importante de promoção internacional pelos países que podem usufruir da atenção da mídia internacional para promover seus valores e suas políticas. Sedar os Jogos Olímpicos de Verão significa sediar um evento internacional público, de acesso universal através dos canais de mídia e de importância tamanha que pode ser capaz de pausar grandes negociações e até mesmo conflitos armados através da regra não escrita universalmente conhecida como trégua olímpica. É possível perceber que os eventos esportivos têm sido utilizados pelos países em desenvolvimento como ferramenta política, conforme ressalta Castro.

É importante notar que a importância dada à diplomacia esportiva parece estar aumentando, especialmente entre as economias emergentes, como todos usaram ou estão usando diplomacia esportiva para alcançar metas específicas de política externa. De fato, a China sediou os Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, a África do Sul sediou a Copa do Mundo da FIFA 2010, a Índia sediou os Jogos da Commonwealth de 2010 (Delhi), o Brasil vai sediar a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, e a Rússia vai sediar os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 (em Sochi) e a Copa do Mundo FIFA 2018. Isto também nos diz muito sobre a natureza mutante da ordem mundial emergente, já que antes só os países desenvolvidos tiveram a oportunidade de sediar grandes eventos esportivos. (CASTRO, 2013, p.31)

Neste ambiente, o Brasil se insere como promotor de seus valores políticos através da hospedagem de grandes eventos esportivos internacionais, sendo agente de diplomacia pública através da diplomacia cultural e esportiva como veremos a seguir. Cabe, antes de dar-se início à análise, compreender como as nações podem utilizar-se de recursos atrativos e não coercitivos na política internacional. Iniciarei minha abordagem analisando a teoria de soft power de Joseph Nye, perpassando os conceitos de diplomacia pública, diplomacia cultural e diplomacia esportiva respectivamente. Em seguida, farei uma análise dos discursos promovidos pelo Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas e, posteriormente, da candidatura do Rio de Janeiro para hospedagem dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016.

2. O PODER BRANDO SEGUNDO JOSEPH NYE

O conceito de *soft power* ou poder brando³ foi criado por Joseph Nye em 1990 e teorizado em 2004, por publicação específica. É inevitável citá-lo quando se faz uma abordagem de diplomacia cultural e diplomacia pública. A obra de Nye lança conceitos fundamentais para um entendimento completo das relações entre os países. Nesta seção abordarei os conceitos de poder e cultura, fundamentais para o completo entendimento da teoria. Em seguida, abordarei a própria teoria do poder brando e os conceitos de *hard power* e *smart power*⁴ promovidos pelo autor, realizando uma análise comparativa com o pensamento de Maquiavel. O primeiro e mais importante conceito que deve-se considerar é o conceito de poder. Na visão do autor o poder é diretamente relacionado com informação – “informação é poder” (NYE, 2004, p. 1) – seja este poder trabalhado de maneira branda ou pesada.

O dicionário também nos diz que poder significa deter as capacidades de afetar o comportamento dos outros para fazer as coisas acontecerem. Então, mais especificamente, poder é a habilidade de influenciar o comportamento alheio para obter os resultados que se quer. Mas existem inúmeras maneiras de afetar o comportamento dos outros. Você pode coagi-los com ameaças; você pode induzi-los com pagamentos; ou você pode atraí-los e cooptá-los a querer o que você quer. (NYE, 2004, p.2)

Seguindo a descrição supracitada, pode-se auferir ao poder ações tanto agressivas e coercitivas quanto brandas e cooperativas. O autor acredita que o poder não pode ser exercido apenas de maneira leve mas deve-se considerar o uso brando de poder, sempre tendo em vista o contexto em que este será exercido. Desafiando a corrente realista do estudo de relações internacionais, o autor destaca que nem sempre o detentor dos melhores recursos de poder, como recursos bélicos ou naturais, obtém os melhores resultados nas suas ações: “antes da queda da França em 1940, Reino Unido e França detinham mais tanques de guerra que a Alemanha, mas essa vantagem nos recursos de poder militar não previu acuradamente o resultado da batalha” (NYE, 2004, p. 6). Além disso, o autor ressalta a importância de se entender o contexto e o momento histórico analisado para observar a adoção de recursos. Para que um país esteja realmente preparado para grandes conflitos ou para a resolução de problemas no cenário internacional faz-se necessário o entendimento completo da conjuntura internacional

³ Poder Brando é a tradução conceitual do termo *Soft Power* como cunhado por Nye. Há de se observar que a literatura brasileira em relações internacionais considera as duas formas de escrita, tanto em língua portuguesa quanto na sua língua original, válidas. Para fins deste trabalho e com o objetivo de evitar grifos frequentes, utilizar-se-á a forma traduzida do conceito.

⁴ Doravante denominados Poder Duro e Poder Inteligente pelos motivos supracitados.

e da importância e capacidade de seus recursos no momento histórico. “O petróleo não era um importante recurso de poder antes da era industrial nem o urânio era significativo antes da era nuclear” (NYE, 2004, p.3).

O ataque ao modo de análise comumente utilizado no pensamento realista permite a interpretação dialética sobre a conceituação elaborada por Rosenau sobre política externa comparada em 1996. O Modelo de Rosenau baseia-se no positivismo e é criticado por uma extrema parametrização matemática de resultados. Os trabalhos de Harold e Margaret Sprout (1956 e 1965) abordam a análise de política externa de uma maneira interdisciplinar e multifatorial, abordando os aspectos cognitivos dos agentes de política externa (FIGUEIRA, 2011), visão essa condizente com a abordagem de Nye sobre a definição de poder. Nye reitera que os líderes políticos com foco apenas nos aspectos militares e, como evidenciado anteriormente, mais suscetíveis à análise de política externa proposta por Rosenau são incapazes de observar o cenário político de maneira completa, atendo-se a uma análise quantitativa e não qualitativa do cenário mundial.

Outro conceito fundamental para o completo entendimento da teoria de Nye é o conceito de cultura, para o autor, “cultura é o conjunto de valores e práticas que dão significado a uma sociedade. Há muitas manifestações. É comum distinguir alta cultura como literatura, arte e educação, que apelam à elite, e cultura popular, focada no entretenimento de massa” (Nye, 2004, p.11). O conceito de cultura como definidor do sentido de uma sociedade é fundamental para os conceitos que serão posteriormente analisados a respeito da Marca País, de Simon Anholt, e de diplomacia cultural. Entendendo a cultura como definidora da sociedade, entende-se que a difusão cultural internacional compreende também a promoção da própria nação. É imprescindível, nesse caso, o papel dos Jogos Olímpicos na promoção cultural de um país. A parlamentar responsável pelas Olimpíadas de Londres de 2012 ressalta a importância da promoção cultural nos jogos quando afirma “Eu fui a líder dos Jogos Olímpicos dentro do governo por 10 anos, do início ao fim, e nós construímos muitas medidas pretendendo demonstrar o poder brando da cultura e o poder brando do esporte.” (JOWELL, 2013). A cultura através do esporte pode ser utilizada como ferramenta política de aplicação de poder brando. Segundo Nye (2004), qualquer esportista ou celebridade pode *per se* ser considerado um ator político e agente de poder brando na medida em que carrega consigo a imagem de seu país. Suas ações serão consideradas representativas de seu país e influenciarão a percepção pública

sobre sua nação. Manifestações políticas de esportistas durante grandes eventos esportivos podem ser significativas e determinantes para a política regional.

A cultura através da educação também é fator determinante do uso de poder para uma nação. O Secretário de Estado norte-americano Colin Powell reitera a afirmação quando diz “Não consigo pensar em recurso mais valioso para nosso país que a amizade dos futuros líderes mundiais que têm sido educados aqui” (POWELL apud NYE, 2004, p. 44). Estudantes internacionais que estudam em um determinado país costumam ter uma boa imagem deste país e podem ser grandes parceiros deste no futuro mesmo quando não participam direta e ativamente na política internacional, simplesmente mantendo uma boa imagem da nação e promovendo afeição por esta. Pode-se observar também a importância que a cultura norte-americana desempenhou no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, como melhor explicitado por Wagnleitner:

A rápida adaptação da cultura popular americana por muitos europeus após a Segunda Guerra Mundial certamente contribuiu positivamente para a democratização dessas sociedades. Rejuvenesceu e revitalizou a cultura pós-guerra europeia com as suas elementares conotações de liberdade, informalidade, vitalidade, generosidade, modernidade e juventude (WAGNLEITNER, 1999, p.515)

Durante a Guerra Fria, a União Soviética foi bastante eficaz em promover sua alta cultura através de museus, teatros e grandes companhias de dança. Nye destaca o pensamento de um bailarino soviético que foi educado de maneira a compreender o ocidente como fraco e decadente, incapaz de produzir obras de significância cultural. No mesmo período, entretanto, a produção de filmes americanos em Hollywood foi fundamental para a promulgação da ideologia americana e a criação de novos símbolos de consumo. Pode-se afirmar que o poder brando foi recurso indispensável na promoção ideológica durante a Guerra Fria tanto para os Estados Unidos quanto para a União Soviética.

Definidos os conceitos de poder e cultura, podemos adentrar especificamente a teoria de Nye sobre o poder brando. O poder brando surge como “a segunda face do poder” (NYE, 2004, p. 5), ou seja, a utilização de poder por meios diferentes da indução ou da ameaça, realizadas através das forças militares ou econômicas. Uma nação pode aplicar este poder exercendo a habilidade de fazer com que os demais países queiram fazer o que ela quer que eles façam, segundo Nye, “um país pode obter os resultados que quer na política mundial porque outros países – admirando seus valores, seguindo seu exemplo, aspirando o seu nível de

prosperidade e abertura – queiram segui-lo” (NYE, 2004, p. 5). Nye aborda dentro do poder brando o conceito de liderança, e relaciona a teoria com as ações tomadas por bons líderes. Um líder deve representar valores que outras pessoas queiram seguir, deve servir de exemplo e de motivação, desta maneira, o uso dos mesmos recursos pelas nações não deve ser ignorado. Poder brando, entretanto, não pode ser considerado o simples uso do poder de influência, como ressaltado por Nye.

Poder brando não é exatamente o mesmo que influência. Até mesmo porque a influência pode residir também no poder duro através de ameaças e pagamentos. Poder brando é mais que persuasão ou a habilidade de mover pessoas pelo argumento, apesar de ser uma importante parte disso. É também a habilidade de atrair, e atração comumente leva à aquiescência. De maneira simplória, em termos comportamentais, poder brando é o poder atrativo. Em termos de recursos, os recursos do poder brando são os ativos financeiros para produzir essa atração. (NYE, 2004, p.6)

Michael Ignatieff compartilha da visão do autor quando reconhece que a influência é uma questão de Estado que permeia tanto o poder brando quanto o poder duro. “Influência deriva de três fontes: autoridade moral como bons cidadãos, [...] capacidade militar [...] e capacidade de assistência internacional” (IGNATIEFF apud NYE, 2004, p.10). Considerando que a influência também pode derivar de capacidade militar, Ignatieff concorda que a influência também permeia o poder duro, sendo incorreta a sua direta e exclusiva associação com o poder brando. Uma das principais maneiras observadas de uma nação utilizar o poder brando é através da promulgação de seus valores, fazendo com que estes valores sejam compartilhados pelas demais nações. Analisando o conceito de cultura por Nye, pode-se auferir à cultura grande parte dessa promulgação de valores, sendo esta essencial na utilização de poder brando. A cultura é, portanto, considerada uma fonte de poder brando. Nye descreve três fontes primárias do poder brando de um país em sua teoria, quais sejam, “cultura (quando seja atrativa aos outros), seus valores políticos (quando condizem a eles em seu lar ou no exterior) e políticas externas (quando vistas como legítimas e tendo autoridade moral)” (NYE, 2004, p. 11). Como pôde-se perceber anteriormente, a cultura é fator *sine qua non* na abordagem do poder brando; abordemos pois a influência dos valores políticos na relação de poder dos países e o papel da política externa na obtenção de poder.

Os valores governamentais são demonstrados pelos países de diversas maneiras em diferentes áreas. Nas políticas governamentais, por exemplo, valores como a democracia podem ser evidentes quando da redação de leis ou da votação de políticas públicas. Na relação com as instituições internacionais, valores como cooperação na busca pela solução pacífica de

controvérsias também são evidenciados. Na sua política externa, os Estados podem agir de maneira a promover a paz e os direitos humanos através de discursos e liderando iniciativas multilaterais, também assim atraindo reconhecimento de seus valores (NYE, 2004).

As políticas adotadas por um país no sistema internacional têm como objetivo uma ação específica sobre um tema determinado. Os efeitos dessa política, entretanto, podem ser representativos dos valores adotados pelo Estado e tais valores representados pela política externa podem ser populares ou impopulares perante os demais países. A impopularidade dos Estados Unidos quando da Guerra do Iraque em 2003 foi um exemplo significativo de uma política externa que diminuiu o poder brando americano, não tendo aceitação por muitos países que, subsequentemente, enfraqueceram sua crença nos valores americanos (NYE, 2004).

Para melhor entender uma teoria, muitas vezes por analogia, é interessante sabermos além do que ela de fato representa, mas também o que ela não representa. Em contraposição ao poder brando, Nye aborda e reitera a conceituação de poder duro. O poder duro tem definições menos subjetivas por se basear em uma visão neorrealista⁵ das relações internacionais e com influências positivistas da análise de política externa⁶. Cabe salientar aqui que o conceito de poder duro não encontra suas raízes na teoria realista das relações internacionais, embora represente algumas das ações comumente tomadas pelos agentes governamentais seguidores de tal teoria. Mesmo que a utilização do poder duro tenha sido frequentemente utilizada na história, a cunhagem do termo é realizada pelo próprio Nye que busca justamente contrapor sua teoria a um conjunto de ações que se opõe ao poder brando. Segundo Nye (2004), o poder duro baseia-se na utilização de “cenouras” – representadas pela promoção de indução como a oferta de alianças, a proteção militar e até mesmo a redução de barreiras comerciais – e “bastões” – ameaças que podem incluir sanções diplomáticas coercitivas, ameaças de intervenção militar ou mesmo sanções econômicas (NYE, 2004). Nye critica a adoção do poder duro pelos agentes governamentais em sua obra.

Muitos líderes políticos continuam tendo foco quase que completamente em ativos militares e soluções militares clássicas [...]. Eles confundem o necessário com o suficiente. Eles são jogadores unidimensionais em um jogo tridimensional. A longo

⁵ Sobre o neorrealismo, ver a obra de Waltz: WALTZ, Kenneth N.. **Man, the State, and War: A Theoretical Analysis**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

⁶ Para maiores informações, consultar a teoria de James Rosenau em ROSENAU, James. *Pre-theories and Theories of Foreign Policy*. In: FARRELL, Robert Barry (Ed.). **Approaches to Comparative and International Politics**. Evanston: Northwestern University Press, 1996. p. 27-92.

prazo, esta é a maneira de perder, já que obter resultados favoráveis no topo do quadro transnacional requer o uso de recursos de poder brando. (NYE, 2004, p.5)

Para exemplificar o uso de recursos de poder brando e poder duro e distinguir os métodos de atuação de cada modelo, Nye desenvolve um quadro analítico em que podem ser observados os espectros de comportamento e os recursos mais prováveis de serem adotados por cada um dos dois modelos de obtenção de poder. Nele podemos simular a mensuração de um governo em um certo assunto considerando um delimitado espaço de tempo entre os modelos abordados pela teoria.

Figura 1 – Espectro de Poder na Política Internacional

	PODER DURO			PODER BRANDO		
ESPECTRO DE COMPORTAMENTO	COMANDO	COERÇÃO	INDUÇÃO	CONFIGURAÇÃO DE AGENDA	ATRAÇÃO	COOPTAÇÃO
RECURSOS MAIS PROVÁVEIS		FORÇA SANÇÕES	PAGAMENTOS PROPINA	INSTITUIÇÕES	VALORES CULTURAS POLÍTICAS	

Elaboração própria. Fonte: Nye, 2004.

No quadro acima pode-se perceber que, embora exista uma grande diferenciação entre poder duro e poder brando, há de se criar um espectro comportamental que apresente uma certa graduação de poder aplicado para que possamos entender como caracterizar as ações que melhor identifiquem cada um dos meios de obtenção de poder bem como caracterizar as ações que mais aproximam os dois métodos, quais sejam, indução e configuração de agenda. Além disso, é possível identificar os recursos mais prováveis utilizados em cada ação de obtenção e poder. Nye auxilia, com este modelo, a identificação das ações dos Estados em métodos voltados tanto para o poder brando quanto para o poder duro. Nye (2004) também versa sobre os três tipos de obtenção de poder – militar, econômico e brando – e afirma que, em diferentes níveis e em diferentes relações, estes podem estar configurados da maneira que se segue.

Quadro 2 – Principais meios de obtenção poder

	COMPORTAMENTO	INSTRUMENTOS PRIMÁRIOS	POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS
PODER MILITAR	Coerção Dissuasão Proteção	Ameaças Força	Diplomacia coercitiva Guerra Aliança
PODER ECONÔMICO	Indução Coerção	Pagamentos Sanções	Auxílio Propina Sanções
PODER BRANDO	Atração Configuração de Agenda	Valores Cultura Políticas Instituições	Diplomacia pública Diplomacia bilateral Diplomacia multilateral

Elaboração própria. Fonte: Nye, 2004.

Como se pode ver no quadro acima, o autor diferencia as ações de poder duro em duas formas: militar e econômico. Tal afirmação auxilia a compreensão de que o poder brando não é uma medida exclusiva de atuação dos agentes governamentais no cenário mundial, senão apenas um dos meios de obter poder. Nye afirma que o poder duro e o poder brando são complementares no sentido em que reforçam um ao outro e, algumas vezes, interferem em si mesmos (NYE, 2004). Segundo o autor, “um país que corteja popularidade pode ser resistente ao exercício de poder duro quando for necessário, mas um país que espalha seu poder sem consideração aos efeitos do poder brando pode encontrar obstáculos alheios no caminho de seu poder duro” (NYE, 2004, p.25). Para ratificar a importância da combinação de poder duro e poder brando, Nye cria o conceito de poder inteligente, que “significa entender melhor como combinar nosso poder duro e nosso poder brando” (NYE, 2004, p. 32). Pode-se, portanto, creditar ao conjunto de políticas de um país no cenário mundial o conceito de poder inteligente desde que esse país alcance, ou simplesmente busque alcançar, o equilíbrio entre medidas coercitivas e atrativas.

Faz-se necessário contrastar o pensamento de Nye com uma abordagem de significativa importância na política internacional, que forma uma das bases do pensamento realista que se desenvolve no período posterior à Maquiavel. O pensamento desenvolvido por Maquiavel vai ao encontro da teoria de Nye na afirmação de que um líder – neste caso, considerando-se líder como o chefe de estado ou o Estado em si – deve encontrar um equilíbrio entre medidas coercitivas e atrativas, ou, nas palavras de Maquiavel, “ser temido ou ser amado”. Entretanto,

a obra de Maquiavel discorda de Nye quando afirma que a preferência do líder deve ser pelo temor, desconsiderando o poder de medidas atrativas no cenário internacional ou não relevando seu poder de influência nas próprias medidas coercitivas.

Nasce daí o debate: se é melhor ser amado que temido ou o inverso. Dizem que o ideal seria viver-se em ambas as condições, mas, visto que é difícil acordá-las entre si, muito mais seguro é fazer-se temido que amado, quando se tem de renunciar a uma das duas. [...] o príncipe, de todo o modo, deverá fazer-se temido, de sorte que, em não granjeando a estima, ao menos evitará ser alvo de ódios, afinal, é perfeitamente possível a um só tempo fazer-se temido sem fazer-se odiado. (MAQUIAVEL, 2007, p. 80-81)

Neste trecho de sua obra, Maquiavel ressalta os benefícios de um líder por ser temido, o que podemos avaliar como uma medida de poder duro tomada por um agente governamental. Tal obra é contratante com a teorização de Nye por entender que, por vezes, o poder brando pode ser considerado prejudicial aos interesses do estado. Há de se considerar, entretanto, que o contexto histórico neste caso deve ser analisado em minúcia. Maquiavel escreve a carta ao príncipe Lourenço de Médici em 1469, momento em que a Itália se encontrava dividida por diversos ducados e, embora os primeiros países já houvessem se formado, muitos monarcas buscavam uma maneira concreta e sólida de fundar um Estado. A tecnologia de prensa móvel, criada em 1440 por Guttemberg ainda não havia sido difundida e os meios de comunicação ainda eram escassos. Quando Nye desenvolve sua teoria de poder brando, após a globalização, a difusão da informação encontra-se em um nível considerável e o poder da informação não pode ser negado no que tange às teorias de relações internacionais. Há de se perceber que a teoria de poder brando apenas pôde ser possível por ser conceituada em um mundo pós-globalizado e interligado pelas grandes redes de informação.

2.1. Aplicação do conceito de poder brando

Para clarificar o conceito de poder brando e entender como a teoria pode ser aplicada no sistema internacional pelos agentes governamentais, é interessante que se analise o exercício deste método de obtenção de poder pelas nações. Nesta seção abordarei exemplos de atuação de poder brando por alguns países em determinadas regiões e, posteriormente, uma análise específica do poder brando empregado pelo Brasil a fim de elucidar a aplicação da teoria de Joseph Nye em exemplos históricos.

Como mencionado anteriormente, a Guerra Fria foi um marco importante da promulgação do poder brando pelos dois blocos econômicos existentes. A União Soviética gastou bilhões na promoção de diplomacia pública, como demonstrado, investindo em alta cultura e em informação sobre o modo de produção socialista. Além disso, “o aparente sucesso da economia planejada pelos soviéticos lhes propiciaram não apenas recursos de poder duro mas também um nível de poder brando” (NYE, 2004, p. 74). O lançamento do satélite *Sputnik* foi uma estratégia não apenas militar ou de utilização de recursos econômicos, mas fundamental para promover o sucesso da ideologia comunista no ramo da ciência, promovendo seus valores e, principalmente, seu sucesso em detrimento dos ideais ocidentais norte-americanos. Os soviéticos também investiram nos esportes, e por décadas seus atletas estiveram à frente dos Estados Unidos, ganhando mais medalhas de ouro nas Olimpíadas de inverno e ficando em segundo lugar nos Jogos Olímpicos de verão, demonstrando o poderio científico, tecnológico e desportivo da nação e fazendo jus à sátira romana *mens sana in corpore sano*.

O declínio da União Soviética na cultura popular, no entanto, era consideravelmente desfavorável para o projeto comunista. Neste espaço o domínio americano era inegável e superior. “Não existia um Elvis socialista” (Nye, 2004, p.74), e no campo ideológico promovido pela indústria do cinema e da propaganda, a predominância americana era imbatível. Há de se considerar este aspecto quando da abordagem do conflito ideológico da Guerra Fria: a cultura popular promovida pelos Estados Unidos foi muito mais abrangente que a alta cultura promovida pelos soviéticos. Embora os recursos militares e econômicos fossem similares entre os dois blocos, poderia dizer que foi no campo ideológico e de poder brando que o conflito foi de fato resolvido.

Outro grande exemplo a considerar no uso do poder brando é o da União Europeia, aqui considerada tanto como unidade política como com seus Estados independentes. A primeira observação possível sobre o poder brando europeu é no que se refere à sua influência no processo de formação dos outros Estados – dado inicialmente através do poder duro mas que se mantém ainda hoje pelo poder brando – promovendo assim um laço histórico com alguns deles e uma relação de dependência com outros. As línguas europeias hoje são as mais difundidas pelo mundo. O espanhol e o português – línguas ibéricas – são faladas por toda a América Latina e por alguns países da África e da Ásia; o inglês é a língua padrão de negociação internacional e das publicações acadêmicas, abarcando também todos os países da *Commonwealth*; a Francofonia é o laço mais forte da França com os países africanos e promove

um encontro bianual com mais de 50 países para celebrar suas afinidades e promover a cultura entre si. O modelo de educação adotado por muitos países, embora haja uma grande afeição e consideração pelo modelo de Confúcio, ainda é o modelo europeu.

A União Europeia estritamente também é agente de poder brando. Esta constatação pode ser observada pelo comentário de Timothy Garton Ash quando diz que o “poder brando é demonstrado pelo fato de não somente milhões de indivíduos, mas Estados inteiros querem entrar nela” (ASH apud NYE, 2004, p. 77). Embora o secretário de Defesa dos Estados Unidos durante a guerra do Iraque houvesse proposto a separação da Europa no campo de batalha entre “velha Europa” e “nova Europa”, a região permanece negando essas diferenças atacando os pensamentos dissuasores de seu território, promovendo assim um modelo de unificação único e respeitado por todo o mundo. A difusão dos ideais europeus também detém vantagens sobre alguns outros modelos por difundirem políticas baseadas em valores pós-materialistas, na concepção de Inglehart e Welzel, como o controle do uso de armas de fogo, mudanças climáticas e direitos dos homossexuais que são atrativas para muitos jovens em países desenvolvidos ou países democráticos em desenvolvimento (INGLEHART; WELZEL, 2009). A União Europeia tem se mostrado muito mais aberta a políticas inovadoras que o até então denominado “velho continente”, isto pode ser representativo de seu poder brando.

A Ásia, embora atualmente reconhecida pela preponderância do poder brando chinês, teve um grande aumento na produção de material ideológico na sucessão da resolução da Segunda Guerra Mundial com a ascensão ideológica do Japão (NYE, 2004). Embora o estilo de vestuário asiático e a sua culinária já fossem conhecidas por todo o mundo, após a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento japonês baseado no financiamento da indústria infante e da promoção industrial internacional serviu de modelo para pequenos países asiáticos como Coréia do Sul, Malásia e Singapura. Um dos planejadores do desenvolvimento econômico malaio reconhece a influência do poder brando japonês na promoção do poder brando dos países menores do continente.

A experiência japonesa de reconstrução após a guerra, a maneira como fez com que os trabalhadores e a gerência cooperassem e a economia crescesse a passos largos, parece bastante asiática para nós. Tem muito mais relevância para a nossa sociedade que a experiência do ocidente. (RUSLI apud NYE, 2004, p. 84)

O modelo japonês de produção da marca país – conceito que será abordado na sequência – é tido como um dos exemplos de influência cultural no mundo. A promoção de desenhos animados japoneses como *Pokémon* ou *Digimon*, marcas como *Hello Kitty* e sua influência na moda e arquitetura, espalhados por todo o mundo, tiveram grande influência na maneira de se pensar e representar a arte, alterando inclusive o padrão dos desenhos animados ou dos materiais utilizados na construção nos países ocidentais. Grande parte desta produção foi difundida por empresas japonesas que promovia seus próprios produtos de alta tecnologia agregada. A indústria automobilística japonesa hoje é uma das fortes concorrentes mundiais da antes dominante indústria ocidental. Após a crise de 1997, que gerou a redução do crescimento de muitos países da região, pôde-se observar a ascensão de novas potências do poder brando asiático (NYE, 2004). Nesta época observou-se “um vagaroso e diário cabo de guerra entre os tradicionalistas da velha guarda – a multidão de antigos valores asiáticos – e os insurgentes de uma nova sociedade” (MYDANS apud NYE, 2004, p. 32).

Neste contexto as culturas chinesa e indiana começam a tomar parte na difusão cultural massiva do continente. O novelista Gao Xingjian ganha, em 2000, o primeiro Prêmio Nobel de literatura, seguido pelo Indiano V. S. Naipaul. Os filmes chineses começam a liderar as listas de melhores produções, e *Bollywood* reproduz massivamente a cultura indiana sendo uma verdadeira indústria capitalista. Outros pequenos países como a Coreia do Sul e a Tailândia encontram espaço no cenário mundial com modelos de poder brando similares – buscando promover o desenvolvimento econômico e o progresso democrático. A Tailândia investe na culinária, e a promoção de restaurantes tailandeses por todo o mundo é incentivada pelo país. O turismo e a mobilidade entre as novas democracias também são considerados marcas expressivas do progresso do poder brando dos países menores no continente.

Quanto ao poder brando brasileiro, pode-se fazer uma análise em relação aos resultados que vem tentando obter no cenário mundial. Segundo Trinkunas (2014), o poder brando do país difere de outros por este basear sua política externa na cooperação e na relação com outros países. Como demonstrado no Quadro 3, as relações bilaterais e multilaterais são um marco da política governamental de poder brando. Essas relações entretanto são o fruto da falta de capacidade de exercício de poder através de outros meios, como aponta o autor:

Essa cooperação é planejada para compensar os obstáculos permanentes da ascensão brasileira, que são: um déficit de poder duro, particularmente de poder militar; indisposição ao comprometer seu poder econômico para promover incentivos e

concessões para que os outros poderes sigam sua liderança; oposição dentro da própria região para a ascensão do Brasil ao status de grande potência; e a incapacidade de seu poder brando, não importando quão habilidosamente desenvolvido, de estabelecer e manter a ordem mundial. (TRINKUNAS, 2014, p. 2)

Os esforços do país, entretanto, para a obtenção de poder no sistema internacional têm continuado. Em 1994, Celso Amorim demanda, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a participação do Brasil como membro permanente do seu Conselho de Segurança, representando os países em desenvolvimento, que contavam apenas com a representação chinesa, e reafirma a constituição antidemocrática da organização (ARRAES, 2005). Entretanto, como afirma Trinkunas, a oposição da representação brasileira na América Latina é constante. Em 2002, o presidente russo declara apoio à candidatura brasileira; entretanto, a rejeição da Argentina à posição brasileira agora é substituída pela mexicana (ARRAES, 2005). Ao fim do ano, com o advento das eleições presidenciais no país, o assunto “Conselho de Segurança” é deixado de lado e retomado somente com o presidente Lula, sendo que em seus dois mandatos não são alcançados avanços no tema, que é tratado com menor importância durante o governo de Dilma Rousseff.

Desta maneira, pode-se afirmar que o poder brando brasileiro permeia sua influência não militar porém atrativa no sistema internacional; ainda assim, segundo Trinkunas (2004), podemos constatar que o poder brasileiro não reside apenas na atração e na representação dos países em desenvolvimento no sistema internacional, mas na ideologia retórica da obtenção de instituições internacionais mais democráticas, igualitárias e universais. Nye (2004) reitera que esta força brasileira reside não apenas na sua cultura vibrante, mas na sua constante promessa de um futuro melhor e agradável e, segundo McClory (2012), esta promessa de futuro pode ser obtida através da hospedagem dos grandes eventos internacionais de 2014 e 2016, quais sejam a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos respectivamente.

2.2. Conceituação de diplomacia pública

Diplomacia pública é um dos conceitos fundamentais para o entendimento completo da aplicabilidade de poder brando, bem como uma de suas mais utilizadas ferramentas. A compreensão da teoria de Nye na abordagem da diplomacia pública está presente quando a definimos como “o processo de comunicação de um governo através da política externa com o objetivo de promover o entendimento sobre os ideais e ideias de sua nação, suas instituições e

cultura, bem como os objetivos nacionais e suas políticas” (TUCH, 1990, p.3). Neste sentido, a descrição de Nye sobre o papel do poder brando em promover seus valores é ratificado, bem como o papel da diplomacia pública como ferramenta deste poder é afirmado por Waller, que acredita que a mesma pode ser considerada “a arte de se comunicar com o público externo para influenciar as percepções, atitudes e políticas internacionais” (WALLER, 2007, p.19). Pode-se também auferir à diplomacia pública uma relação interna com reflexos externos quando se considera “o processo pelo qual as relações diretas com as pessoas em um país são utilizadas para fazer avançar os interesses e estender os valores daqueles sendo representados pelos mesmos.” (SHARP, 2005, p. 106)

Há de se entender, paralelamente, o que a diplomacia pública não representa a fim de se obter uma melhor compreensão sobre seu conceito. Segundo Duffey, a diplomacia pública “não é relações públicas. Não é fazer testa de ferro por uma agência governamental [...]. É tentar relacionar o que vai além das relações governo-a-governo, das instituições privadas, dos indivíduos, dos contatos de longo prazo, do entendimento acurado” (DUFFEY apud SNOW, 2008, p. 10). Nesta definição, podemos perceber que a diplomacia pública não é simplesmente a defesa dos ideais de uma nação, mas a compreensão de como a imagem da nação pode afetar os diversos níveis de relacionamento no mundo e de como estes podem afetar a nação (ou, como defende Nye, é entender as regras do jogo). Macnamara (2012) não só confirma o pensamento de Duffey como diz que as relações públicas têm muito a aprender com a diplomacia pública. Enquanto no campo das relações internacionais se busca compreender o todo, entender as regras do jogo e as cartas dominadas pelos jogadores, jogar em todos os níveis e saber não apenas interferir no jogo mas entender como o jogo interfere em si, segundo Macnamara, os estudiosos de relações públicas apenas buscam compreender como as relações públicas podem interferir na diplomacia pública. A discussão entre relações públicas e diplomacia pública, entretanto, não convém à análise para fins deste trabalho, já que não interfere no conceito do termo para fins de compreensão de poder brando. É possível, entretanto, observar como a diplomacia pública se desenvolve no cenário internacional. Para este fim, Coombs e Signitzer (1992) defendem que se pode observar a aplicação desta ferramenta de poder brando através do uso de persuasão e propaganda, sendo a objetividade e a transmissão de veracidade importantes ferramentas de persuasão. Há de se fazer um contraponto quando da utilização de persuasão pelos autores, sendo que, para Nye (2004), o poder da diplomacia pública se estende além da persuasão. Compreende-se assim diplomacia pública como uma das ferramentas pelas quais o poder brando pode ser exercido por um Estado mas também por agentes privados. A diplomacia

pública tem como característica a atuação não só do governo como de grandes empresas e até mesmo de indivíduos. O Dicionário de Diplomacia Cultural, editado por Chakraborty (2013), quando da definição de diplomacia pública, ressalta o papel que a internet tem desempenhado nos últimos anos neste campo, evidenciando a participação do indivíduo na diplomacia pública.

É relevante a análise do estudo realizado por Fitzpatrick, Fullerton e Kendrick (2013) que abordam as principais habilidades que devem ser desenvolvidas pelo profissional agente de diplomacia pública em um quadro dividido por tópicos principais e itens secundários.⁷ A listagem elaborada pelos autores é bem vinda à compreensão de Melissen (2011) quando este afirma que a diplomacia pública tem uma característica de política pública no que se refere à sua popularidade. Muitos agentes estatais utilizam-se da diplomacia pública mesmo que apenas através da publicidade, e, segundo o autor, a popularidade da diplomacia pública foi possível através da multipolaridade das relações internacionais após 1945, fim da Segunda Guerra Mundial, o que fez com que os agentes diplomáticos reconhecessem o papel da propaganda, da mídia e da diplomacia pública na promoção dos países no cenário internacional. Conforme citado neste trabalho, reitero minha formulação de que o poder brando, assim como a diplomacia pública, embora anteriormente reconhecidos, tiveram sua utilização ampliada durante o pós guerra e durante a Guerra Fria. Talvez a Guerra Fria tenha sido o primeiro conflito decidido exclusivamente no campo de atuação restrito do poder brando. Há de se entender, entretanto, como a cultura pode influenciar a diplomacia pública e promover o poder brando nos parâmetros defendidos por Nye.

2.3. Conceituação de diplomacia cultural

Sendo a cultura, junto com os valores promovidos por uma nação, uma das principais fontes de poder defendidas por Nye, como pudemos observar na prévia introdução de sua teoria, cabe entendermos como a cultura interfere na diplomacia e se torna produto desta na obtenção de legitimidade internacional ou de promoção da própria nação. Nesta seção, abordarei uma breve discussão sobre o conceito de diplomacia cultural e as tentativas, ora frustradas, ora inspiradoras, de abordagem do tema, visto que não há consenso no uso ideal desse recurso, já que este é fruto de uma identidade nacional particular e única de cada nação. Uma visão possível sobre diplomacia cultural é a oferecida pela casa dos comuns do parlamento inglês, resumida

⁷ Ver Anexo B.

na seguinte frase: “Nós concluímos, então, que diplomacia cultural, no nosso entendimento, não é almejada pelo Ministério das Relações Exteriores para seu próprio benefício, mas apenas como um instrumento pelo qual o alcance de outras atividades diplomáticas pode ser desenvolvido.”⁸ Neste caso, os parlamentares ingleses reconhecem o valor da diplomacia cultural e adicionam a esta uma certa subjetividade, reconhecendo que pode ser considerada um meio para o alcance de outros meios. Há de se considerar, entretanto, o conceito de diplomacia cultural promovido pelo ICD em seu Dicionário de Diplomacia Cultural.

Embora não haja um conjunto de consentimentos comuns sobre a definição de diplomacia cultural, esta pode ser melhor descrita como os meios através dos quais os países promovem seus valores políticos e culturais para o resto do mundo. A ideia essencial é de permitir acesso público à diferentes culturas e perspectivas, e, deste modo, fomentar a compreensão mútua e o diálogo. (CHAKRABORTY, 2013, p. 30)

Ribeiro, durante a sua formação nos Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2011, redige um objetivo bem particular à compreensão brasileira da diplomacia cultural, afirmando que esta busca “desenvolver, ao longo do tempo, maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições em proveito mútuo” (RIBEIRO, 2011, p. 33). A visão do autor parece sofrer influências do Itamaraty, que baseia suas ações no bem comum e na prosperidade evitando jogos de soma zero.⁹ Exemplificando a utilização de diplomacia cultural, creio ser relevante a análise de Ribeiro (2011) sobre os campos possíveis e frequentes de atuação da diplomacia cultural, dentre os quais podemos observar

“Intercâmbio de pessoas; promoção de arte e dos artistas; ensino de língua, como veículo de valores; distribuição integrada de material de divulgação; apoio a projetos de cooperação intelectual; apoio a projetos de cooperação técnica; integração e mutualidade na programação.” (RIBEIRO, 2011).

Mas, se a diplomacia cultural é um meio de formulação de estratégias internacionais característica de cada nação, seria possível identificar traços da diplomacia cultural brasileira? Os estudos de Bulumac e Sapunaru (2012) introduzem um conceito que parece ser constante quando da utilização da diplomacia cultural no país: a personalidade. Segundo os autores, a personalidade na diplomacia cultural abarca primordialmente a utilização da população como engenho de uma política internacional que visa a afeição pelo país. O Brasil pode, por vezes, ser reconhecido como o país da diversão promovida pelas festas populares como o carnaval ou

⁸ House of Commons, Cultural Diplomacy. Session 1986-1987, p. VI.

⁹ Para maior compreensão da teoria dos jogos, observar as formulações da obra de John Nash, recomendo principalmente NASH, John F. Non-cooperative games. *Annals of Mathematics*, v. 54, p.286-295, 1951.

pela presença massiva dos esportes, mais comumente o futebol, como símbolo nacional. Ambos exemplos são fundamentalmente criados por e para a população brasileira. A definição do brasileiro como alegre, carismático, simpático e, por vezes, sedutor, são em si uma propaganda do próprio país.

Há de se tomar alguns exemplos mundiais de aplicação de diplomacia cultural e do meio pelo qual esta transpõe a barreira da nação e atinge o sistema internacional. Cull (2009) cita como exemplos de órgão promotores de diplomacia cultural o *British Council* e o Instituto de Cultura Italiana, sendo que o primeiro se autodenomina uma agência de Relações Culturais. As ações de diplomacia cultural podem ser encontradas, entretanto, ainda na antiguidade quando, por exemplo, a Grécia reconstrói a grande biblioteca de Alexandria ou quando o Império Romano convida os filhos de reis amigos para serem educados em Roma. Desde a promoção da evangelização ortodoxa do Império Bizantino nas ilhas eslavas até o desenvolvimento de escolas francesas pelo mundo com a finalidade de manter a Francofonia, os exemplos de aplicação de diplomacia cultural são comumente demonstrados.

Se considerarmos que a diplomacia cultural está contida no exercício da diplomacia pública e ambas são ferramentas da utilização do poder brando conforme defendido por Nye, podemos afirmar que todo e qualquer ato de diplomacia cultural pode ser diretamente relacionado ao poder brando. A realização de grandes eventos internacionais pode atrair a mídia internacional para o centro de um país e, este, provido de valores nacionais, encontra uma importante oportunidade para aplicar suas ferramentas de diplomacia cultural, para isso, podemos entender, ainda dentro da diplomacia pública, como países podem ser agentes da diplomacia esportiva.

2.4. Conceituação de diplomacia esportiva

Como abordado por Nye e discutido anteriormente, dentro da teoria de poder brando e do conceito de diplomacia pública abordados, todo indivíduo pode ser agente da diplomacia pública, no sentido em que se torna representante de seu país quando no cenário internacional. Destarte, atletas representando um país em eventos esportivos internacionais são também, de certa forma, embaixadores culturais daquele país no tempo em que o estiverem representando. Segundo o secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, “esporte é uma língua que todos

sabem falar”¹⁰, ou seja, o esporte é uma ferramenta universalmente associada a um sentimento positivo. Segundo Murray (2011), este ato diplomático é facilitado pela diplomacia convencional e pela promoção dos eventos esportivos pelo país. O próprio Estado pode se beneficiar dos esportes para a autopromoção através das candidaturas para eventos esportivos internacionais. É interessante afirmar que a diplomacia esportiva, assim como a diplomacia pública e a diplomacia cultural não são um fim em si mesmas: “enquanto a diplomacia tradicional é o meio para fins de política externa de um Estado, a diplomacia esportiva é o meio para os meios desses fins” (MURRAY, 2011, p. 9).

A utilização da diplomacia esportiva, entretanto, tem algumas finalidades específicas e, por tais finalidades, é atrativa para os países de acordo com a orientação de sua política externa. De acordo com o Instituto de Diplomacia Cultural (2012), o esporte, nas relações internacionais contemporâneas, está diretamente relacionado ao desenvolvimento. O esporte pode contribuir para o atingimento das metas de desenvolvimento do milênio estipuladas pela ONU na medida em que promove a oportunidade de grupos socialmente excluídos se reintegrarem na sociedade, refugiados podem ser integrados à sociedade, órfãos e crianças de rua podem ser incentivados a se matricularem em escolas e se desenvolver profissionalmente. Para o Brasil, como veremos a seguir, o desenvolvimento tem desempenhado papel central na política externa e nos programas internos de governo. Programas como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, promovidos através de políticas públicas, têm ajudado o país a obter resultados melhores nos índices de desenvolvimento humano. O esporte, neste aspecto, pode ser relevante para o Brasil, já que está de acordo com o projeto nacional seja interno ou externo.

Há de se considerar também os esforços de desenvolvimento da paz através dos esportes. A chamada trégua olímpica – período em que os conflitos se arrefecem para que os atletas olímpicos possam se deslocar com segurança e participar dos Jogos Olímpicos – também permite a ajuda humanitária internacional. Nesse contexto, é factível o papel dos esportes na diplomacia, como podemos observar na fala do presidente chinês quando diz que “nós devemos levar a diante o espírito olímpico da solidariedade, amizade e paz, facilitando as trocas sinceras pelas pessoas de todos os países, aprofundando a compreensão mútua, desenvolvendo a amizade e o crescimento sobre as diferenças e promovendo a construção de um mundo

¹⁰ Ban Ki-moon, em visita ao Comitê Olímpico Internacional em Lausanne, Suíça, em 25 de Janeiro de 2011.

harmonioso caracterizado pela paz duradoura e a prosperidade comum.”¹¹ Evidenciando o papel político dos eventos esportivos internacionais, há de se considerar que eventos como a Copa Mundial da FIFA ou os Jogos Olímpicos podem também ser alvo de protestos pelos países. Muitos atentados foram executados durante as Olimpíadas, devido ao seu grande potencial midiático e informativo; do mesmo modo, boicotes de países à participação nas Olimpíadas são um grande símbolo de insatisfação com o sistema mundial, ou, de maneira específica, com conflitos ou ações de outros países.

Embora o conceito de diplomacia pública e de diplomacia cultural sejam muito abrangentes, a diplomacia esportiva tem objetivos claros e definidos de acordo com as políticas externas de países, associações ou grupos de países, com finalidades específicas, através de projetos determinados. É extremamente relevante o trabalho desempenhado pelo Instituto de Diplomacia Cultural (2012) quando classifica em uma tabela algumas das atuais iniciativas da diplomacia esportiva, aliando o objeto de sua política com o objetivo a ser alcançado. Na tabela abaixo, é possível observar este quadro, com atenção especial aos Jogos Olímpicos, foco deste trabalho. Também é possível observar no apêndice do relatório promovido pelo órgão algumas iniciativas atuais bem desenvolvidas e desenhadas com objetivo de promover a paz, o cessar-fogo ou a compreensão entre as nações.

Quadro 3 – Exemplos de iniciativas de diplomacia esportiva

Nível da Iniciativa	Exemplos
Processo de Reconciliação Nacional	Time Nacional Ruandês Sub-17
Processo de reconciliação Bilateral	Diplomacia do Pingue-pongue/ Críquete
Processo Construtivo Multilateral	Liga de Basquete da ASEAN
Iniciativas Internacionais	Resolução 54/34 da Assembleia geral da ONU
Eventos Internacionais como Fóruns de Promoção da Paz	Olimpíadas, Copa do Mundo FIFA

Fonte: Instituto de Diplomacia Cultural, 2012.

Havendo conceituado os principais objetos do estudo a qual este trabalho se propõe, pode-se abordar com maior propriedade o evento em si e a política externa do país nos

¹¹ Presidente Hu Jintao, no banquete com os grandes líderes mundiais que precedeu a abertura das olimpíadas de Pequim em oito de Agosto de 2008.

parâmetros propostos para a análise. Retomando os conceitos até então observados, entende-se que os Jogos Olímpicos são um importante campo de exercício tanto de diplomacia cultural quanto de diplomacia esportiva, e que ambas se encontram sobre o largo espectro da diplomacia pública, principal instrumento da teoria de poder brando conforme desenvolvida por Nye. Segue-se então a análise dos discursos do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas como exemplo da parametrização de sua política externa.

3. ANÁLISE DOS DISCURSOS DO BRASIL NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS DESDE A CANDIDATURA ÀS OLIMPIADAS DE 2016

Segundo o Comitê Olímpico Internacional, doravante denominado COI, o processo para campanha das cidades-sede dos Jogos Olímpicos de Verão tem início nove anos antes da realização do evento. No caso das primeiras Olimpíadas realizadas no Brasil, em 2016, o processo teve início no ano de 2007. Este capítulo fará uma abordagem da política externa brasileira com uma breve inserção na conjuntura internacional desde o período de postulação do Rio de Janeiro como cidade sede das Olimpíadas até o momento atual. No decorrer da análise, serão abordados tanto uma breve descrição da conjuntura internacional no período e a posição brasileira na mesma, quanto os discursos do país na abertura da Assembleia Geral da ONU e sua respectiva análise, sendo esse o principal foco desta parte.

Preserva-se na análise que se segue a predominância pela coerência do discurso perante o contexto nacional e internacional vividos no momento de sua promulgação, bem como a identificação dos símbolos de poder brando, diplomacia pública, diplomacia cultural e diplomacia esportiva, identificados anteriormente, nas falas dos presidentes e do chanceler. Cabe salientar que, embora favorável às teorias de linguística aplicada e análise de discurso formuladas por Foucault e Pêcheux¹² e consciente da importância de tais formulações do ramo da linguística para análise de discursos, as mesmas não serão utilizadas no trabalho, visto que o objetivo central deste é apenas identificar sinais da teoria de relações internacionais previamente descrita nos discursos correntes. Em casos onde o contexto exigir, serão feitas pausas na análise para contextualização histórica das formulações realizadas pelo interlocutor e, por vezes, sua correlação com discursos anteriores.

3.1. 2007 e 2008: a crise financeira mundial

No ano de 2007, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, doravante chamado presidente Lula, inicia seu segundo mandato após sua reeleição em novembro de 2006. Este é um momento

¹² Conforme FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UNB.2008. Tradução do *Discourse and Social Change*, de 1992. E baseado em FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1998; CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004; PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1995.

de prosperidade para o país, embora os efeitos da crise de 2008 já houvessem iniciado e pudessem ser sentidos por todo o mundo. Os efeitos da crise internacional, no entanto, demoram para atingir o Brasil e, quando chegam ao país, são sentidos de maneira branda e suave (CORRÊA, 2013). O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no início do ano, foi um marco do desenvolvimento do país, e mesmo a crise da refinaria da Petrobrás na Bolívia foi contrabalanceada com a descoberta da reserva Tupi em Santos. O ambiente no país era de prosperidade e crescimento, mesmo quando o mundo se prepara para entrar na “maior crise econômica do período pós-guerra” (CORRÊA, 2013, p. 899). O crescimento brasileiro e sua estratégia de desenvolvimento também são reconhecidos por outros países do sistema internacional. No encontro anual do G8 na Alemanha, a crise do sistema internacional baseado na tutela de países pelas grandes potências se torna evidente e os diálogos com o chamado G5 – Brasil, Índia, China, África do Sul e México – se tornam mais frequentes. Neste ambiente, o presidente Lula inicia seu discurso na sexagésima segunda sessão da Assembleia Geral da ONU, como será demonstrado a seguir.

O presidente inicia seu discurso cumprimentando o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, enaltecendo seus esforços para a manutenção das políticas a respeito das mudanças climáticas. Cabe aqui ressaltar que o Brasil desempenha papel de liderança no que se refere às mudanças climáticas, sediando a ECO-92, segunda conferência mundial para discussão do clima e mudanças climáticas, e foi um dos primeiros países a ratificar o Protocolo de Quioto. Neste discurso, o Presidente também propõe aos países da organização uma nova reunião sobre mudanças climáticas denominada RIO+20 a ser sediada no Rio de Janeiro em 2012. A preocupação com o clima, cabe salientar, não é dada como fundamental na política externa de todos os países do sistema internacional, embora seja bem vinda à análise de grande parte destes. Embora essa sempre tenha sido uma preocupação dos países do continente europeu e da União Europeia como um todo, os Estados Unidos foram relutantes quando da ratificação do Protocolo de Quioto, sendo este validado apenas em alguns estados da federação. A discussão sobre mudança climática pelo presidente Lula, portanto, significa uma certa autonomia em relação à política externa adotada pelos governantes do país, que por muitos anos foi favorável à política externa norte-americana. O presidente utiliza a discussão sobre o clima para promover o debate sobre o desenvolvimentismo e as relações Norte-Sul no planeta: “o mundo, porém, não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social.” (DA SILVA, 2007). Percebe-se, então, a relevância da discussão sobre o desenvolvimentismo e a injustiça social na política

externa brasileira. O presidente propõe uma distribuição mais justa das riquezas, tanto no que tange às políticas públicas internas de cada país, quanto ao sistema internacional, e convoca os países industrializados a assumirem as suas responsabilidades quanto à degradação do planeta, novamente evidenciando o distanciamento dos países do Norte.

Há de se considerar, entretanto, que o Brasil não assume aqui uma postura de combate total às políticas dos países desenvolvidos e sim uma discussão comum tanto entre países do Sul quanto destes com os países desenvolvidos: “devemos aumentar igualmente a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos. Assim, daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.”¹³ (DA SILVA, 2007). O presidente faz uma breve análise das políticas adotadas pelos países em desenvolvimento para produzir energia limpa e sugere ações a serem tomadas no futuro ressaltando sempre a cooperação internacional. Cabe salientar que, conforme análise prévia neste trabalho, os fóruns de discussão internacional, sejam eles bilaterais ou multilaterais, são uma característica evidente da aplicação de poder brando nas políticas governamentais segundo Nye (2004). O Brasil adota no discurso uma exemplificação do sucesso brasileiro quanto às políticas sociais através do Bolsa Família e do Fome Zero: “o problema da fome no Planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças” (DA SILVA, 2007). Pode-se considerar que esta exemplificação sugere uma liderança do país nas questões relacionadas ao desenvolvimento nos fóruns específicos para o tema. A fala do presidente exemplifica o progresso do país quanto às questões sociais:

Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico. Nosso país voltou a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. As oportunidades agora são para todos. Ao mesmo tempo em que resgatamos uma dívida social secular, investimos fortemente em educação de qualidade, ciência e tecnologia. Honramos o compromisso do Programa Fome Zero ao erradicar esse tormento da vida de mais de 45 milhões de pessoas. Com dez anos de antecedência, superamos a primeira das Metas do Milênio, reduzindo em mais da metade a pobreza extrema no nosso País. (DA SILVA, 2007)

O ano de 2008 foi marcado pelo anúncio da crise financeira mundial, iniciada com a bolha imobiliária nos Estados Unidos. Durante este ano a crise chega ao Brasil mas continua não tendo efeitos graves e, nas palavras do então presidente da república, seria uma

¹³ Para melhor entendimento deste princípio, recomendo LÓPEZ, Tania García. El principio de responsabilidad común pero diferenciada. **Revista de Direito Ambiental**, Ed. RT, 2007.

“marolinha”¹⁴ em relação ao “tsunami” que atingia os demais países. O Brasil permanece, então, alheio aos prejuízos financeiros internacionais, e a descoberta do pré-sal reforça o sentimento de segurança no país de tal maneira que a companhia de serviços financeiros americana *Standard and Poor's* classifica o Brasil no nível das economias de investimento¹⁵. A atuação do país para evitar o alastramento da crise no território nacional foi similar à dos países desenvolvidos, de economia pujante no mundo: o investimento público no sistema financeiro nacional a fim de manter a estabilidade da indústria, no caso do Brasil, assim como nos Estados Unidos, da indústria automobilística que vinha sofrendo redução de demanda (CORRÊA, 2013)

O discurso do presidente, após uma breve descrição da crise mundial, toma um tom esquerdista pouco comum nos discursos do Brasil nas Nações Unidas até então. Quando aborda as medidas que devem ser adotadas pelos governos para solucionar o problema, Lula afirma que “é inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas” (DA SILVA, 2008). A citação de Celso Furtado no discurso não é dada ao acaso. Furtado foi um grande economista brasileiro que contribuiu fortemente para o desenvolvimentismo no país através da CEPAL, órgão das Nações Unidas voltado ao desenvolvimento econômico da América Latina. A citação confere, neste, caso, um grau de liderança do Brasil na região e sugere que a economia latino-americana se mostra oposta ao pensamento econômico do norte. A afirmação de que a crise foi causada pelos países desenvolvidos e que não cabe aos países em desenvolvimento a completa resolução desta, ainda é visível quando da afirmação “o ônus da cobiça desenfreada de alguns não pode recair impunemente sobre os ombros de todos.” (DA SILVA, 2008).

Na sequência, o presidente reitera o discurso de 2007, abordando também a crise alimentar que se estende, a crise energética e o fato de os países membros do GATT não terem entrado em acordo na rodada Doha, o que pode afetar o comércio internacional. Em todos esses pontos, o Brasil tem desenvolvido políticas aceitáveis e bem sucedidas, tanto nas políticas sociais para erradicar a fome no país, quanto na descoberta de novas fontes energéticas e na

¹⁴ Termo proferido pelo presidente quando da participação em campanha política à prefeitura de São Bernardo do Campo, em 2008.

¹⁵ Classificação BBB segundo a *Standard and Poor's*. Este é o nível mais baixo de classificação dos países com grau de investimento, sendo que o nível anterior (BB) representa o mais alto nível de países com risco financeiro.

expansão do comércio internacional. O destaque dado no discurso para assuntos de domínio evidente da política externa brasileira pode ser considerado uma propagação do poder brando do país e uma promoção de suas políticas públicas. O presidente também aborda, de maneira mais agressiva, a acusação feita ao seu governo sobre o auge de “nacionalismo populista”, dizendo que este é na verdade aplicado em países desenvolvidos sem qualquer constrangimento por parte de seus governantes. Pode-se perceber uma acusação intrínseca aos países desenvolvidos a respeito das crises alimentar, energética, financeira e comercial, sendo promovida pelo Brasil a negociação multilateral, em que os países desenvolvidos também assumem papel de destaque. Embora todo o discurso tenha assumido um tom agressivo perante o conjunto de discursos promulgados pelo país na organização, Lula reforça que tal atitude não propõe um embate ideológico Norte-Sul, senão a abertura do grau de negociações sobre assuntos relevantes para a política internacional.

Essa nova atitude não conduz, no entanto, a uma postura de confrontação. Simplesmente pelo diálogo direto, sem intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar. Basta citar iniciativas como o IBAS, o G-20, as cúpulas América do Sul-África ou América do Sul-Países Árabes e a articulação dos BRICS. (DA SILVA, 2008)

O objetivo do discurso parece ser voltado à maior participação dos países em desenvolvimento no quadro das decisões mundiais, o que representa a continuidade dos discursos de Celso Amorim sobre a democratização do Conselho de Segurança da ONU para que houvesse maior participação dos países emergentes. Aliada à discussão multilateral em fóruns internacionais, há a intenção brasileira de representar a América Latina e os países em desenvolvimento: “todos esses esforços no plano multilateral são complementados por meio de ações de solidariedade de meu país para com nações mais pobres, especialmente na África” (DA SILVA, 2008). Tal afirmação é condizente com a menção feita à inédita cúpula da América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento, que seria realizada em 2008 no Brasil sem a tutela americana. O caráter de poder brando no exercício dessas políticas pode ser observado quando da afirmação “a força dos valores deve prevalecer sobre o valor da força” (DA SILVA, 2008), evidenciando a importância dada por Nye na promulgação dos valores nacionais como ferramenta de poder brando. Há, por fim, a retomada do discurso a respeito da reforma do Conselho de Segurança e a promoção do país para uma das novas vagas que possivelmente seriam abertas. Nesta propaganda, Lula destaca o papel da Criação da Unitaaid – uma central de compras de medicamentos para epidemias como a AIDS, tuberculose e malária

– e o resultado positivo do bolsa família, que tirou, segundo o discurso, nove milhões de pessoas da miséria e políticas sociais que fizeram com que 20 milhões de pessoas ascendessem à classe média.

3.2. 2009 e 2010: o incidente em Honduras e o Terremoto no Haiti

O ano de 2009 foi marcante pela melhora dos índices da bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA), evidenciando que o impacto da crise financeira mundial foi pouco e curto. O mesmo não aconteceu, entretanto, nas demais economias em desenvolvimento e nos países desenvolvidos. Os Estados Unidos enfrentavam dificuldades em manter a guerra no Iraque e criar políticas que promovessem o desenvolvimento no país (CORRÊA, 2013). Esta conjuntura fez com que o Brasil se sobressaísse em meio as nações que ainda enfrentavam a crise fortemente. O presidente Lula menciona o fato de que “o Brasil – um dos últimos, felizmente, a sentir os efeitos da crise – é hoje um dos primeiros a sair dela. Não fizemos nenhuma mágica. Simplesmente havíamos preservado nosso sistema financeiro do vírus da especulação” (DA SILVA, 2009). O discurso de 2009 retoma o discurso enfático e um pouco agressivo do ano anterior no que se refere à acusação aos países desenvolvidos sobre a responsabilidade da crise financeira e evidencia o sucesso brasileiro na recuperação rápida da mesma. O Brasil tem uma oportunidade incomum e valiosa de demonstrar suas capacidades de liderança de um conjunto de países e de promover suas políticas governamentais como eficazes e úteis para os demais países em desenvolvimento. Este é o uso puro e simples do poder brando.

Um dos motivos citados pelo presidente da República para a rápida recuperação da crise foi a continuidade dos programas sociais e o incentivo ao consumo, além de medidas consideradas anticíclicas na economia brasileira. Com este comentário, o presidente apresenta um Brasil diferente daquele da década de 1980, afundado em uma crise cíclica de memória inflacionária constante¹⁶, apresenta um novo país com novas políticas eficientes e voltado à cooperação, sendo, pela primeira vez, credor e não devedor do FMI. Destarte, o país tem mais força para criticar a ordem internacional e promover o debate sobre a abertura dos fóruns mundiais de discussão, bem como da reforma da constituição do Conselho de Segurança da ONU.

¹⁶ Para mais informações ver BAER, Werner. A retomada da inflação no Brasil: 1974-1986. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.29-72, abr. 1987.

Não é possível que, passados 65 anos, o mundo continue a ser regido pelas mesmas normas e valores dominantes quando da conferência de Bretton Woods. Não é possível que as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança sejam regidos pelos mesmos parâmetros que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. (DA SILVA, 2009)

O texto defende a participação dos países em desenvolvimento não só na política internacional mas nas discussões econômicas. Entretanto, o incidente em Tegucigalpa é citado como exemplo de um golpe de Estado não previsto ou evitado pela ONU. Em junho de 2009, o presidente civil Hondurenho Manuel Zelaya é deposto por uma junta militar que promove um golpe no país. Em setembro do mesmo ano, o presidente deposto volta ao país e se refugia na embaixada brasileira. Em novembro, sob circunstâncias questionáveis, o presidente Porfírio Lobo é eleito no país com apoio dos Estados Unidos; após a eleição Zelaya deixa a embaixada brasileira (CORRÊA, 2013). A posição brasileira neste conflito foi característica da posição adotada nos discursos de abertura da Assembleia Geral da ONU. O país não apenas tomou parte na situação – mesmo que involuntariamente –, como se mostrou oposto aos Estados Unidos, posição representada também nas análises dos discursos até então. A incapacidade de Porfírio Lobo de reintegrar Honduras à OEA pode demonstrar, por parte dos demais Estados americanos, o apoio à posição brasileira no incidente. O presidente reitera, ao término do discurso a preocupação com as mudanças climáticas e enumera políticas adotadas pelo Brasil para redução da emissão de carbono, incentivos ao biodiesel e desenvolvimento sustentável. Apesar de mencionar as novas reservas de petróleo encontradas em território nacional e de declarar a autossuficiência em petróleo, o Brasil afirma que pretende se tornar uma potência em energia verde.

Em 2010, o então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim assume a função de proclamar o discurso de abertura da sexagésima quinta Assembleia Geral das Nações Unidas devido ao recente início da campanha eleitoral no país, em que o presidente Lula buscava eleger a candidata de seu partido. A crise financeira se estende por todo o mundo e gera problemas cambiais nos países europeus e sociais nos Estados Unidos. Brasil e China são afetados em sua balança comercial (CORRÊA, 2013). O início do ano é abalado por uma tragédia natural no Haiti, um terremoto promove a destruição de parte do país mais pobre do continente americano. Forças de paz da ONU são enviadas para o auxílio humanitário, e o Brasil tem papel de destaque nessa missão.

Amorim inicia o discurso atualizando os dados de crescimento social do país, afirmando que mais de 20 milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza e quase 30 milhões ingressaram na classe média. O ministro afirma que o país cumpriu quase todas as metas do milênio estabelecidas pela ONU. Esse discurso reitera, de maneira branda, o comprometimento do Brasil para com as Nações Unidas, demonstrando que o país segue as regras impostas pela organização e, assim, é um forte candidato à promulgação destas regras, ou seja, a um papel de liderança dentro da mesma. Ressaltando a importância do país na cooperação Sul-Sul, o ministro reitera o fórum IBAS e suas discussões sobre o desenvolvimento nos países mais pobres do continente africano. Os laços entre o Brasil e o continente africano são demonstrados, podendo representar uma busca por um campo de atuação de poder brando na África, simbolizando a liderança do Brasil nas questões relacionadas ao desenvolvimento social e ao diálogo multilateral: “neste ano, em que um número significativo de países africanos comemora cinquenta anos de descolonização, o Brasil renova seu compromisso com uma África independente, próspera, justa e democrática” (AMORIM, 2010a). Quanto ao discurso a despeito da tragédia no Haiti, Amorim cita os brasileiros mortos no terremoto e afirma que a atuação do Brasil no país vai além da pura ajuda humanitária, prevê o desenvolvimento do mesmo e a defesa de sua democracia. Aproveitando a introdução à tragédia e os votos de solidariedade ao país afetado, o ministro reitera a participação do Brasil na manutenção da paz e no processo de desenvolvimento da América Latina através do Mercosul. A UNASUL é mencionada como ferramenta de auxílio nas negociações de paz, prosperidade e resolução de conflitos na região, e é salientado o fato de, em se tendo uma organização latino-americana, não ser necessária a ingerência externa na solução de controvérsias da região. A criação da Comunidade dos Estados Latino Americanos e do Caribe (CELAC) é ressaltada como organização criada sem a interferência dos Estados Unidos, tendo sua primeira reunião em solo brasileiro, sua confirmação no México, em 2010 e sua fundação efetiva no ano seguinte, na Venezuela. O bloqueio comercial a Cuba, já presente no discurso anterior, é novamente repudiado.

O incidente em Honduras é retomado; o ministro ressalta que o golpe de Estado dificulta a reintegração do país às organizações internacionais do continente. A guerra no Iraque, iniciada em 2003 já no primeiro governo do ex-presidente Lula, foi mencionada pela primeira vez desde 2007. Reiterando o uso da força no conflito, Amorim ressalta a importância de as ações tomadas pelos Estados serem fundamentadas no Direito Internacional – novamente ressaltando a importância que as organizações internacionais têm de ter no sistema internacional – e propõe

a solução pacífica de controvérsias em conflitos internacionais, princípio este fundamental para a política externa brasileira e representativo do poder brando nos parâmetros definidos por Nye. Avaliando o modelo da política externa brasileira como útil e eficaz, o ministro retoma a discussão sobre a reforma do Conselho de Segurança. O ministro ainda afirma que os países desenvolvidos não têm logrado êxito no auxílio internacional, demonstrando, assim, que a atual hierarquia não se mostra eficiente.

Como o Presidente Lula costuma dizer, o multilateralismo é a face internacional da democracia, e a ONU deve ser o principal centro de decisões para a política internacional [...]. Mas os países desenvolvidos não têm demonstrado o necessário compromisso com a estabilidade econômica global. Continuam privilegiando uma lógica baseada em interesses paroquiais. (AMORIM, 2010a)

Percebe-se que, durante os dois governos do ex-presidente Lula, a preocupação com a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi um tema constante nas discussões da Assembleia Geral da organização. Amorim ressalta que o G-20 tomou o lugar do G-8 como principal fórum internacional de discussões e que, mesmo este grupo, está promovendo reformas para expandir a representação dos países africanos garantindo assim a democracia nas discussões. Pode-se considerar este também um exemplo de como devem se organizar os fóruns de discussão da ONU. Neste sentido, o ministro tem demonstrado como a organização e sua atual divisão têm se mostrado ineficientes na resolução de controvérsias e obsoletas na medida em que o Conselho de Segurança perde espaço como principal fórum de discussão da política internacional. O Brasil reforça seu argumento mencionando a Declaração de Teerã, firmada por Brasil, Turquia e Irã, que foi fundamental para a evolução das negociações com estes países, não sendo adotada nenhuma medida coercitiva. A declaração de Teerã foi um importante instrumento decisório no que tange à cooperação energética nuclear aliada à não proliferação de armas nucleares. Amorim menciona também as negociações de Paz entre Israel e Palestina, defendendo as fronteiras nos marcos anteriores a 1967 e afirmando o interesse brasileiro na criação do Estado Palestino que coexista pacificamente com o Estado de Israel e reafirmando seu compromisso para com os direitos humanos.

No que tange às discussões sobre mudanças climáticas, o Brasil afirma que está se comprometendo com todos os acordos, discutindo em todos os fóruns e ratificando os tratados negociados. Há uma acusação aos países ricos por não se comprometerem com as negociações sobre o clima evidenciada na afirmação do ministro “com a natureza não se negocia”. O convite à RIO+20, em 2012, é estendido a todos os países. As mudanças climáticas como mecanismo

de promoção do Brasil e de acusação aos países ricos tem sido de uso frequente nos discursos do presidente Lula desde 2007.

3.3. 2011 e 2012: a Primavera Árabe e a crise europeia

Após o processo eleitoral de 2010, o presidente Lula consegue manter o seu partido no poder e Dilma Rousseff é eleita como presidente da República. O ano de 2011 é marcado pela chamada Primavera Árabe, um conjunto de manifestações em países árabes que se levantam contra os regimes ditatoriais de seus países. Osama Bin Laden é encontrado e executado pelos Estados Unidos a poucos quilômetros de Islamabad, capital do Paquistão. Este é o marco de desentendimentos entre as duas nações (CORRÊA, 2013). Além dos conflitos no Oriente Médio, intensificados pelo projeto de enriquecimento de urânio pelo Irã, o ano foi marcado pelo alargamento da crise financeira mundial e intensificação da mesma nos países periféricos dentro da União Europeia. O grupo denominado pejorativamente PIGS – Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha - dominou a pauta mundial, evidenciando a forte dependência econômica da União Europeia bem como sua fragilidade.

Dilma Rousseff abre o discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas afirmando que, pela primeira vez, uma voz feminina inicia os trabalhos da sessão, sendo, por isso, aplaudida por todos. A presidente aproveita o ensejo para classificar a organização como democrática e representativa, enaltecendo assim o dever das Nações Unidas em agregar todos os países. Dilma Rousseff demonstra, então, sua preocupação com a crise financeira mundial que se alarga e que, se não controlada, pode afetar indiretamente ou diretamente países como o Brasil, que tomaram medidas fortes para não sofrerem com a mesma. A presidente reforça o tom de acusação assumido até então pelo presidente Lula, mesmo ressaltando a importância da solução do problema, quando da afirmação “agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras” (ROUSSEFF, 2011). A presidente afirma que, a partir deste ponto, os países em desenvolvimento devem se propor a participar nas discussões relativas à resolução da crise e afirma que os mesmos ainda não o fizeram por falta de recursos políticos e econômicos. Apesar de reforçar que o Brasil foi um dos primeiros países a sair da crise, pela primeira vez o Brasil assume a incapacidade de conter a crise por muito tempo: “nossa capacidade de resistência não é ilimitada” (ROUSSEFF, 2011). A presidente clama o imediato fórum de discussão entre os países desenvolvidos e emergentes

para que se intensifiquem as discussões sobre a crise. Pode-se perceber em sua fala, entretanto, a exigência de uma certa mudança na atenção dada aos países em desenvolvimento, que devem desempenhar papel de maior importância nos debates. A presidente ressalta que deve haver uma abertura dos mercados superavitários para que a crise não se alastre pelos países em desenvolvimento, claramente defendendo o comércio exterior brasileiro.

Dilma Rousseff reforça, de maneira inibida, o anseio do Brasil pela reforma nos fóruns de discussão multilaterais, principalmente no que tange ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desta maneira, ressalta as ações tomadas pelo Brasil para estar apto a uma cadeira permanente no Conselho: “na liderança da Minustah temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país” (ROUSSEFF, 2011). É perceptível na fala da presidente a crítica ao modelo de intervenção europeu e norte-americano, que ameaça a soberania dos países nos quais intervêm, sendo por vezes criticados pela sociedade internacional por tais ações. A presidente demonstra apoio às manifestações ocorridas no mundo árabe e as julga democráticas e libertárias. Aconselhando as Nações Unidas na busca por uma solução do conflito, a presidente ressalta que o uso da força deve sempre ser tido como último recurso, assim, evidenciando as ações de poder brando. Pela primeira vez são perceptíveis críticas não apenas ao modo como o Conselho de Segurança está construído, mas às suas ações.

“Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.” (ROUSSEFF, 2011).

Percebe-se uma crítica aos P5, membros permanentes do Conselho de segurança, que baseiam suas ações no sistema internacional na intervenção militar e na tutela e protetorado de alguns países. A crítica a este modelo pode estar diretamente ligada a um desejo brasileiro de não intervenção militar e de solução pacífica de controvérsias, maneira pela qual pode se promover o poder brando brasileiro entre as nações conflitantes. A reforma requerida pelo Brasil no fórum parece assumir um viés mais voltado à solução pacífica de controvérsias que os discursos anteriores, que visavam uma melhor representatividade. “O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos” (ROUSSEFF, 2011). A posição do país como

representante da América Latina permanece, sendo o Brasil considerado por si mesmo um vetor de paz na região. As discussões sobre mudanças climáticas permanecem presentes no discurso brasileiro e o país assume a função de regulador das ratificações sobre o assunto.

O ano de 2012 foi marcante pela entrada da Palestina como Estado observador não membro na ONU e pela realização, no Brasil da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO+20. As Olimpíadas de 2012 no Reino Unido são bem sucedidas, e o Brasil tem seu primeiro espaço para demonstração de diplomacia cultural no evento. O discurso promulgado pela presidente Rousseff em 2012 assume o mesmo tom do discurso do ano anterior. A presidente inicia o discurso ressaltando os efeitos permanentes da crise financeira mundial de 2008 e que as medidas propostas não surtiram efeito. É preciso uma maior atuação dos países desenvolvidos, o Brasil reforça que faz a sua parte no cenário mundial, tendo tirado, segundo a presidente, 40 milhões de brasileiros da linha da pobreza, os inserindo no mercado de consumo de massa. A presidente afirma que o Brasil mantém o seu nível de emprego a taxas extremamente elevadas, acusando assim, de maneira indireta, os Estados Unidos e os países europeus, que não conseguem reduzir o desemprego até então.

Quanto aos conflitos no norte da África e no Oriente Médio, o Brasil adota uma postura pacífica e crítica a violência na região. “Não há solução militar para a crise síria. A diplomacia e o diálogo são não só a melhor, mas, creio, a única opção” (ROUSSEFF, 2011). O Brasil segue não adotando uma postura forte a favor da intervenção norte-americana na região, mas crítica a violência promovida contra os diplomatas norte-americanos no conflito. Sobre a questão pendente entre Palestina e Israel, a presidente recupera o discurso promovido pelo presidente Lula e seu discurso no ano anterior na mesma Assembleia, quando defende o território da Palestina nas fronteiras anteriores a 1967.

Reitero minha fala de 2011, quando expressei o apoio do governo brasileiro ao reconhecimento do Estado Palestino como membro pleno das Nações Unidas. Acrescentei, e repito agora, que apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política regional. (ROUSSEFF, 2011)

Há de se comentar que, após o discurso promulgado pela presidente em setembro, em novembro do mesmo ano a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu pela entrada do Estado Palestino como observador não membro, tendo como voto favorável o voto brasileiro. A reforma no Conselho de Segurança da organização permanece frequente no discurso, sendo

adotada de forma necessária, exaustiva e evidente. Os resultados da RIO+20 são relatados, demonstrando a força do multilateralismo no espectro de decisões tomadas nos fóruns mundiais, a liderança do Brasil nesse aspecto também é ferramenta utilizada para demonstrar a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança. É ressaltado o papel dos países desenvolvidos como maiores responsáveis pelas mudanças climáticas e o papel dos países em desenvolvimento como mais comprometidos na resolução dos problemas relacionados ao clima. Quanto à ação do Brasil na América Latina, são mencionadas as organizações promotoras de debates democráticos na região, como Mercosul e UNASUL. A preocupação do país com a manutenção do debate entre os países do sul e com o Caribe é ressaltada e o embargo econômico contra Cuba é fortemente criticado. Assumindo a responsabilidade pela manutenção da democracia e do desenvolvimento na região, o país se coloca como líder da mesma e porta-voz das possíveis controvérsias do continente. Há no discurso de 2012, entretanto, a primeira citação aos Jogos Olímpicos e à Copa do Mundo FIFA a serem realizados no país em 2016 e 2014 respectivamente.

A cada dois anos, durante os Jogos de verão e de inverno, a humanidade parece despertar para valores que nos deveriam inspirar permanentemente: a tolerância, o respeito pelas diferenças, a igualdade, a inclusão, a amizade e o entendimento, princípios que são também os alicerces dos direitos humanos e desta Organização. (ROUSSEFF, 2011)

Pode-se perceber uma associação dos ideais olímpicos com a atitude brasileira adotada até então nos discursos da Assembleia Geral. O país parece ter despertado, em 2012, para a diplomacia cultural e esportiva. É interessante salientar que, embora o anúncio do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 tenha sido realizado em 2009, apenas em 2012 há uma citação direta ao evento e nenhuma outra menção ao mesmo é percebida até o ano corrente.

Este ano, assistimos todos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, organizados brilhantemente pelo Reino Unido. Com o encerramento dos Jogos de Londres, já começou, para o Brasil, a contagem regressiva para as Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, que serão precedidas pela Copa do Mundo de 2014. (ROUSSEFF, 2011)

Tal atitude pode ter sido fruto tanto da falta de percepção brasileira ao uso do evento como ferramenta de promoção nacional nos termos da diplomacia esportiva anteriormente conceituada, quanto da agenda internacional permeada por conflitos e a crise econômica que se estende, sendo considerado desnecessário o anúncio de um evento esportivo internacional em meio a uma conjuntura extremamente desfavorável.

3.4. 2013 e 2014: espionagem eletrônica e manifestações políticas

O ano de 2013 foi representado por uma série de graves denúncias ocorridas na política internacional. Não obstante a abdicação do Papa Bento XVI – evento que só havia ocorrido uma vez na história da humanidade – devido à ameaça de irregularidades fiscais e morais na basílica de São Pedro, o mundo conhece, através da agência de notícias *Wikileaks*, a rede de escutas telefônicas realizada pelos Estados Unidos da América. Grandes líderes mundiais manifestam-se de maneira agressiva e surpresa ao fato e, alguns, assim como a presidente Rousseff, exigem uma resposta do presidente dos Estados Unidos. Em junho deste ano, o povo brasileiro foi às ruas em manifestações populares por dias consecutivos. As reivindicações tiveram início com o protesto contra o aumento das passagens do transporte público, perpassaram vários temas da política doméstica e tiveram fim com a manifestação da presidente da República a respeito da reforma política.

Dilma Rousseff abre o seu discurso da Assembleia Geral das Nações Unidas saudando a representação de Antígua e Barbuda na liderança da Assembleia, tendo, como país caribenho, todo o apoio da nação brasileira. Na sequência, após manifestar seu pesar sobre o atentado ocorrido à agência da ONU em Nairóbi, a presidente aborda o tema da espionagem internacional. A presidente evoca os direitos civis fundamentais e afirma que não só o governo brasileiro foi afetado, mas empresas e cidadãos do país também foram alvo de invasão: “estamos, senhor presidente, diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas às atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional de meu país” (ROUSSEFF, 2013). A presidente ressalta que as tecnologias de telecomunicações não podem ser novo campo de batalha dos países no sistema internacional. O Brasil se propõe, no mesmo discurso, a liderar um marco regulatório que delimite a utilização da internet e das telecomunicações. Abre-se espaço, neste ponto, de uma oportunidade para o Brasil não apenas se colocar como líder nas negociações sobre utilização dos meios de telecomunicação, mas criticar a atual hierarquia da organização e ressaltar suas deficiências, promovendo um debate sobre sua reforma.

O tópico seguinte de abordagem da presidente brasileira também se refere a um tema recorrente nos discursos do país desde 2007: o investimento em programas sociais e o desenvolvimento econômico do país. No discurso de Dilma Rousseff, entretanto, novos dados

são mencionados, fruto de sua gestão das políticas sociais, que diferem em parte daquelas promovidas pelo presidente Lula. São citados programas de investimento no crédito empresarial, aumento do número de empregos, e programas de investimento em educação. A presidente ressalta a melhoria do país em alguns índices, como o da mortalidade infantil, atestado pela UNICEF. Quando menciona o programa Brasil sem Miséria, que, conforme o discurso da presidente, tira mais de 22 milhões de pessoas da faixa da miséria em dois anos, a presidente reitera sua relação direta com o desenvolvimento.

O grande passo que demos no Rio de Janeiro foi colocar a pobreza no centro da agenda do desenvolvimento sustentável. A pobreza, senhor presidente, não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento, e a proteção ambiental não é uma meta apenas para quando a pobreza estiver superada. (ROUSSEFF, 2013)

O Brasil destaca seu papel de liderança nas discussões sobre mudanças climáticas, outro tema recorrente nos discursos até então, o associando à agenda de desenvolvimento pós 2015. As manifestações de junho no país são mencionadas como demonstração da representatividade da democracia brasileira. Mesmo sendo a agressividade dos policiais uma característica nesse processo, a presidente afirma que não reprimiu a massa, que a ouviu e compreendeu a voz das ruas. Cabe aqui um comentário analítico. As manifestações de junho poderiam desmontar a insatisfação quanto a articulação brasileira até então construída sobre os processos de mudança efetuados pelo governo no que tange às políticas sociais, ou seja, caso as políticas fossem realmente efetivas não haveria motivos para manifestação no país. Entretanto, a presidente aborda de maneira extremamente diplomática o assunto, afirmando que as manifestações não representavam a volta ao passado – o desmantelamento das políticas construídas até então – mas uma nova projeção para o futuro, em que deveriam ser revistos problemas ainda não tocados pelo governo. Esta abordagem transforma as manifestações de junho em um ato positivo quanto ao exercício do poder brando brasileiro na ONU, demonstrando não apenas uma aceitação das políticas adotadas até então, mas uma constituição altamente democrática do país.

A crise mundial, que ainda perpetua as nações desenvolvidas, é retomada com um tom de preocupação, não por poder atingir as fronteiras brasileiras, mas pelo desemprego gerado no planeta. A presidente aproveita a grave crise econômica e o sucesso do país para salientar que a Organização das Nações Unidas não pode adentrar seu septuagésimo aniversário sem passar por uma importante reforma em seu Conselho de Segurança. Nas suas palavras, “impõe evitar

a derrota coletiva que representaria chegar a 2015 sem um Conselho de Segurança capaz de exercer plenamente suas responsabilidades no mundo de hoje” (ROUSSEFF, 2013). A presidente ressalta que as recorrentes divergências entre os Estados membros do Conselho por vezes levam ao imobilismo em uma época na qual suas ações são tidas como cada vez mais relevantes. Percebe-se um apoio ao acordo entre Estados Unidos e Rússia sobre a eliminação das armas químicas na Síria, o que pode demonstrar que o Brasil não representaria uma ameaça às ações desses países se constituísse o quadro permanente do Conselho de Segurança.

O ano de 2014 tem início com a volta da epidemia de Ebola no continente africano, onde alguns países constituem bases de auxílio humanitário para controle da doença. O parlamento ucraniano vota pela remoção do presidente Viktor Yanukovich do cargo, o substituindo por Oleksandr Turchynov. A Rússia toma a ação como uma oportunidade de intervenção e age com a finalidade de anexar parte do território ucraniano, a Crimeia, e envia tropas para o país que, com a ajuda de rebeldes locais, constituem um novo conflito no continente europeu. A União Europeia veta as ações russas e o G-8 vota, inclusive, por excluí-la temporariamente do grupo. No Brasil, ainda sobre protestos governamentais, a Copa do Mundo FIFA é realizada e a seleção brasileira desempenha fraco papel nas partidas, ocasionando sua eliminação na partida semifinal.

Na ONU, Dilma Rousseff inicia seu discurso saudando a presidência da Assembleia Geral por um representante africano e ressalta os laços que ligam o Brasil a este continente. A presidente informa que o país está em processo eleitoral mas salienta as mudanças e transformações geridas por seu governo e de seu predecessor. O anúncio do relatório da FAO que demonstra que o Brasil saiu do mapa da fome é associado às políticas sociais realizadas no país. Os dados sobre tais políticas são atualizados, informando que 33 milhões de pessoas deixaram o nível de miséria desde 2003. Os programas relacionados à educação, marca do governo Dilma Rousseff, são evidenciados, tanto os relativos ao ensino fundamental, quanto à educação superior e ao ensino técnico. “Vamos transformar recursos finitos – como o petróleo e o gás – em algo perene: educação, conhecimento científico e tecnológico e inovação. Esse será nosso passaporte para o futuro” (ROUSSEFF, 2014). O salto do Brasil de 13^a para 7^a economia mundial é salientado e considerado um marco histórico. A presidente anuncia, entretanto, que a crise financeira internacional iniciada em 2008 atinge de maneira mais aguda o país indiretamente nos últimos anos devido às dificuldades econômicas enfrentadas nas demais regiões do planeta. Dilma Rousseff também menciona o encontro dos BRICS em

território brasileiro e a criação de um banco de desenvolvimento a ser gerido pelos mesmos, representando assim uma alternativa à falta de presença dos países em desenvolvimento nas mais altas instituições financeiras mundiais como o FMI. É evidente também, novamente, o repúdio do Brasil à utilização do poder duro como método de solução de controvérsias.

O uso da força é incapaz de eliminar as causas profundas dos conflitos. Isso está claro na persistência da Questão Palestina; no massacre sistemático do povo sírio; na trágica desestruturação nacional do Iraque; na grave insegurança na Líbia; nos conflitos no Sahel e nos embates na Ucrânia. A cada intervenção militar não caminhamos para a Paz mas, sim, assistimos ao acirramento desses conflitos. (ROUSSEFF, 2014)

Aproveitando a discussão sobre a propagação do vírus Ebola e da ineficiência das ações do Conselho de Segurança contra os conflitos no Oriente Médio, a presidente reitera sua posição sobre a reforma do Conselho, afirmando que os conflitos atuais devem ser resolvidos e não apenas administrados. As mudanças climáticas são abordadas e os esforços brasileiros em tal questão, reiterados. Temas que podem promover o poder brando nacional também são mencionados, quais sejam, a igualdade entre gêneros, o combate à desigualdade social, o combate contra a homofobia e o combate à corrupção. Dilma Rousseff encerra seu discurso dignificando os esforços do Brasil na regulamentação da utilização da internet e dos meios de comunicação.

4. CANDIDATURA BRASILEIRA PARA AS OLIMPIÁDAS DE 2016

Após analisar os discursos proferidos pelo Brasil na abertura da Assembleia Geral da ONU, irei analisar o processo de tomada de decisão quanto à hospedagem dos Jogos Olímpicos de Verão em 2016. Iniciarei este capítulo abordando o processo seletivo em si para que possa se fazer uma análise criteriosa da documentação apresentada pelo governo brasileiro junto ao Comitê Olímpico Internacional na sequência. Cabe salientar que o processo destacado aqui refere-se à escolha da cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016, não podendo a mesma análise ser utilizada para determinação de processos seletivos anteriores ou posteriores, já que não há uma regra consolidada definida pelo órgão responsável e, para fins deste trabalho, a análise do processo acima mencionado é considerada suficiente para o estudo.

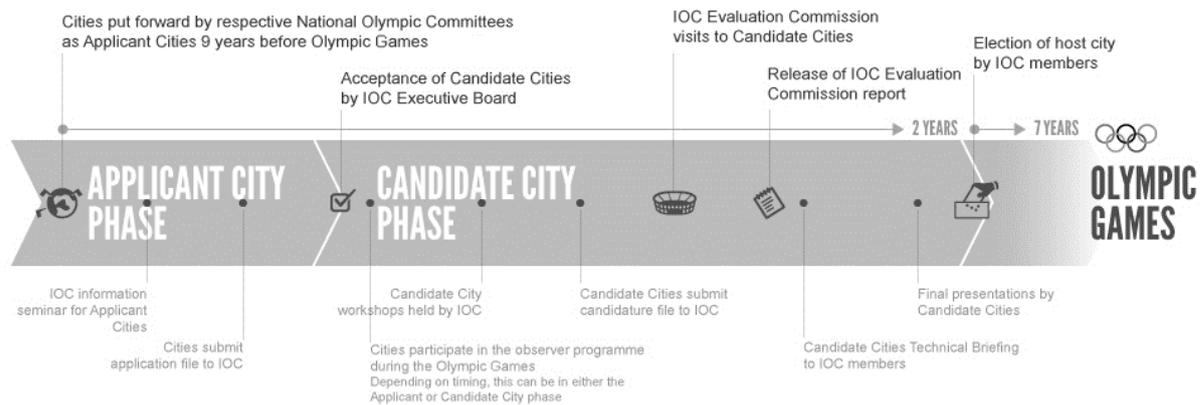
Não irei abordar, sobremaneira, as candidaturas das demais cidades concorrentes à hospedagem do evento, sendo as cidades concorrentes desde a primeira fase: Chicago, nos Estados Unidos; Praga, na República Tcheca; Tóquio, no Japão; Baku, no Azerbaijão; Doha, no Qatar; Madri na Espanha. Após devida análise, foi constatado que a candidatura destas cidades não interfere de maneira direta na candidatura brasileira e, portanto, não serão consideradas. A seguir, então, serão ressaltadas as fases do processo para melhor compreensão do material analisado.

4.1. Processo de escolha da cidade sede dos Jogos Olímpicos

O processo de escolha das cidades sede para as Olimpíadas de 2016 tem início nove anos antes dos Jogos Olímpicos e é composto de duas fases, cada uma durando em média um ano. Tais fases são intituladas “fase de aplicação” e “fase de candidatura” respectivamente. A primeira fase inicia com a própria aplicação das cidades através dos seus Comitês Olímpicos Nacionais (CONs). A aplicação segue para o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o número de cidades candidatas é avaliado. Caso seja necessário, como em 2016, o COI designa um Grupo de Trabalho que irá avaliar as cidades para garantir que sejam cumpridos todos os requisitos mínimos exigidos. Após emissão de relatório pelo Grupo de Trabalho, o Presidente do COI nomeia uma Comissão de Avaliação que percorrerá todas as cidades postulantes e emitirá, por sua vez, ao término de sua jornada, um relatório. O COI promove então uma reunião de dois dias em que as cidades sede poderão enviar um dossiê que, junto com o relatório da Comissão de Avaliação, serão utilizados para definir a cidade escolhida para sediar os Jogos

Olímpicos de Verão de 2016. Abaixo é possível visualizar uma representação do processo seletivo conforme demonstrado pelo COI. A seguir, identificaremos como se dá cada uma das etapas deste processo.

Figura 2 – Processo de Candidatura para os Jogos Olímpicos



Fonte: International Olympic Committee, 2014b.

Antes de prosseguir com a descrição de cada uma das fases mencionadas acima, há de se caracterizar primeiramente a diferença entre cidade aplicante e cidade candidata. Cidade aplicante é a cidade que se aplica para o processo seletivo pelo seu CON para sediar os Jogos Olímpicos; cidade candidata é a cidade, anteriormente aplicante, que tem sua candidatura aprovada pelo Quadro Executivo do COI na primeira fase e segue para concorrência na segunda fase. Durante a fase de aplicação, cada cidade deve preencher um questionário fornecido pelo COI e submeter suas respostas em um documento denominado Arquivo de Aplicação. O Arquivo de Aplicação compreende todo o projeto de organização das Olimpíadas, no qual se descreve o mapa de localização dos jogos, elaboram-se relatórios técnicos, demarcam-se os limites das quadras e campos de competição etc. O Arquivo de Aplicação é então avaliado por um Grupo de trabalho designado pelo COI, composto por representantes das federações internacionais, comitês olímpicos nacionais e uma comissão de atletas, que emite um relatório de sua avaliação ao Quadro Executivo do COI, que então escolhe as cidades que avançarão para a próxima fase, a fase de candidatura.

Quadro 4 – Etapas do processo seletivo para as Olimpíadas de 2016

FASE	ETAPAS	PRAZO
FASE 1 - APLICAÇÃO	CONs devem informar ao COI o nome das cidades aplicantes.	13 de Setembro de 2007
	Assinatura do Procedimento de Aceite de Candidatura	1º de Outubro de 2007
	Pagamento da taxa de Aceite de Candidatura (US\$ 150.000,00)	1º de Outubro de 2007
	Criação da logomarca para representar a aplicação	(Sem data)
	Seminário de Informação do COI para as cidades aplicantes de 2016	A partir de 15 de Outubro de 2007
	Submissão do Arquivo de Aplicação e dos depósitos de garantia ao COI	14 de Janeiro de 2008
	Exame das repostas dadas pelo COI e pelos seus especialistas.	Janeiro a Junho de 2008
	Reunião do quadro Executivo para aceitação das Cidades Candidatas para os jogos das XXXI Olimpíadas em 2016.	4 de Junho de 2008
FASE 2 - CANDIDATURA	Criação da logomarca para representar a aplicação	(Sem data)
	Programa de observação dos Jogos Olímpicos – Pequim 2008	8 a 24 de Agosto de 2008
	Submissão do Arquivo de Candidatura ao COI	12 de Fevereiro de 2009
	Relatório da Comissão de Avaliação do COI 2016	Um mês antes da eleição da cidade sede
	Eleição da cidade sede dos jogos da XXXI Olimpíadas em 2016	2 de Outubro de 2009 na 121ª Sessão do COI em Copenhague.

Fonte: International Olympic Committee, 2007.

Na fase de candidatura as cidades devem preencher a segunda fase do questionário, muito mais detalhado, e submetê-lo ao COI para avaliação através do Arquivo de Candidatura que deve ser legalmente acompanhado de depósitos de garantia. O Arquivo de Candidatura é avaliado diretamente pela Comissão de Avaliação que compreende, assim como o Grupo de Trabalho, representantes das federações internacionais, comitês olímpicos nacionais e uma

comissão de atletas do COI e do Comitê Paraolímpico Internacional (CPI). O Relatório provido nesta fase é o último relatório exigido pelo COI e, aliado à decisão do Quadro Executivo perante a reunião para aceitação das cidades candidatas, é definidor da cidade sede dos Jogos Olímpicos. A fase final se dá na apresentação ao Quadro Executivo, quando as cidades candidatas apresentam de forma audiovisual o relatório enviado ao COI bem como outras informações que julgarem necessárias durante 45 minutos seguidos de 15 minutos de questionamentos. Este passo é fundamental para a decisão final do COI sobre a cidade sede das Olimpíadas; é quando qualquer questionamento pode ser respondido e as cidades têm a oportunidade de apresentar-se de maneira livre ao comitê. Após a apresentação de todas as cidades os membros do Quadro Executivo – que não deve conter membros de nacionalidade de nenhum dos países concorrentes – votam em apenas uma cidade candidata. A votação ocorre em rodadas eliminatórias, sendo uma candidata eliminada por rodada, de acordo com o número de votos, até que reste apenas a cidade sede. O resultado, conforme a tabela acima, é anunciado durante a sessão anual do COI em Copenhague, seguido da assinatura do contrato da realização dos Jogos Olímpicos. Nas Olimpíadas de 2016, o resultado das votações da segunda fase deu-se conforme abaixo:

Tabela 1– Votação para cidades sede das Olimpíadas de 2016

RODADA DE VOTAÇÃO	1	2	3
Chicago	18	-	-
Tóquio	22	20	-
Madri	28	29	32
Rio de Janeiro	26	46	66

Fonte: International Olympic Committee, 2014a.

4.2. Posição brasileira na candidatura aos Jogos Olímpicos

Nesta seção abordarei os objetivos estipulados pelo Brasil quando da realização dos Jogos Olímpicos do Rio em 2016 em seu Arquivo de Candidatura enviado ao Quadro Executivo do COI que, aliado à apresentação realizada para o mesmo em junho de 2008, compõe a avaliação mais importante das cidades candidatas para o evento. O documento tem início com uma carta de João Havelange ao presidente do Comitê Olímpico Internacional Jacques Rogge. João Havelange foi nadador olímpico brasileiro competindo pelo Brasil nas Olimpíadas de

Berlim (1936) e de Tóquio (1964), foi presidente da FIFA e membro decano do COI, sendo o membro que mais tempo permaneceu na instituição. Segundo Castro (2013), Havelange foi uma das peças fundamentais na execução da candidatura brasileira. Em sua carta, parte integrante do documento oficial da candidatura do Rio de Janeiro, Havelange evoca os anos de companheirismo com o atual presidente do COI nas Olimpíadas e sua convivência durante o tempo de permanência no Quadro Executivo, conferindo um grau de maior intimidade e responsabilidade à candidatura.

O segundo documento é uma breve apresentação da cidade e dos objetivos do Rio de Janeiro para com o evento. O diferencial entretanto está no fato de este documento ser assinado pelo presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), pelo Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, pelo governador do estado do Rio de Janeiro e pelo Presidente da República, o que demonstra um dos pontos fortes da candidatura brasileira: a união de todos os níveis de poder político para a realização do evento. O país reitera que a realização do evento no Rio de Janeiro será um marco para toda a comunidade latino-americana, pois será a primeira vez em que os Jogos Olímpicos terão sede no continente. Na região existem 180 milhões de jovens com idade inferior a 18 anos e, segundo a organização do evento, este será o público focal em 2016: “os legados pré e pós-Jogos que são de tanta importância [...] reforçarão o tecido social e ambiental do Rio e do Brasil, além de desenvolverem o esporte por toda a América do Sul.” (RIO DE JANEIRO, 2009, p.11)

Durante todo o documento, os interlocutores reforçam que os Jogos Olímpicos deixarão um legado de sustentabilidade no país; esta palavra é recorrente durante toda a apresentação. Quanto aos custos e projeto orçamentário do evento, são mencionados o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desenvolvido em todo o país e os desafios enfrentando a crise mundial que se avizinha (cabe a lembrança que este documento é redigido entre os anos de 2007 e 2008). Citando: “mesmo frente às dificuldades econômicas mundiais, podemos garantir que os fundos para a candidatura Rio 2016 estão assegurados e que a economia brasileira é estável. Hoje ocupando a posição de décima economia mundial e com indicadores que se tornará a quinta até 2016” (RIO DE JANEIRO, 2009, p.11). Assim, o Brasil afirma que tanto os Jogos Olímpicos como a Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 são eventos compatíveis com a estratégia econômica de longo prazo do país, que tem como objetivos gerar investimentos produtivos internos, fomentar o turismo e promover o Brasil nos mercados

globais (estes serão objetivos que serão apresentados com mais detalhe na sequência desta análise).

O Rio de Janeiro se promove como cidade da celebração e sendo lar de um dos povos mais calorosos do planeta. O objetivo da cidade é sediar “os jogos da celebração, do espírito e da transformação” e “os jogos da paixão e da determinação” (RIO DE JANEIRO, 2009, p.12). Por todo o documento, a natureza da cidade é exposta tanto como cenário dos eventos para atrair os clientes do COI – quais sejam, espectadores dos Jogos Olímpicos – quanto cenário da vila olímpica, providenciando bem estar para os esportistas olímpicos e paraolímpicos. Também são usadas imagens cuidadosamente selecionadas da cidade como divisão dos capítulos e das partes do arquivo, o que demonstra uma boa utilização dos recursos visuais pela equipe técnica da comissão brasileira. Os tópicos mencionados como visão, legado e comunicação do evento podem ser considerados como mais relevantes para uma análise do poder brando aplicado pelo Brasil; os mesmos podem ser encontrados no quadro abaixo.

Quadro 5 – Visão, Legado e Comunicação dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro

VISÃO, LEGADO E COMUNICAÇÃO

- Unir o poder do esporte ao espírito do Brasil
- Jogos festivos e transformadores
- Atrair e inspirar a juventude do mundo inteiro
- A organização dos Jogos alinhada aos planos de legado Olímpico
- Promoção dos valores Olímpicos e Paraolímpicos no mundo

Fonte: Rio de Janeiro, 2009 (organizado pelo autor).

O Brasil reitera sua experiência em eventos de grande porte com o sucesso dos Jogos Pan-americanos sediados no Brasil; entretanto, é mencionado que os jogos serão um agente de aceleração das transformações que já ocorrem na cidade e no país que, segundo o relatório, está reforçando o tecido social, físico e ambiental da cidade. As mudanças ocorrerão, segundo o documento, de maneira sustentável e afetarão a infraestrutura urbana, novas iniciativas ambientais, físicas e sociais, além de gerar oportunidade para todos. “O Brasil, com uma economia forte e estável, apesar da atual crise econômica mundial, terá com os Jogos um valioso reconhecimento internacional” (RIO DE JANEIRO, 2009, p.23). A visão estratégica do

governo em relação aos Jogos Olímpicos contemplará a participação dos jovens, sendo estes associados à juventude do próprio Brasil como democracia e do continente latino-americano como um todo, que tardiamente inseriu-se na sociedade internacional. A transformação social, através das instalações realizadas para sediar o evento, também são mencionadas como destaque. O Brasil se coloca como a maior potência econômica de sua região, tendo os meios, a oportunidade e a vocação de utilizar o esporte como forma de ajudar seus vizinhos na região e os demais países por todo o planeta. Nesse sentido, aproprio-me do conceito de diplomacia esportiva para abordar o tema, sendo que é inevitável a associação direta com as pretensões brasileiras.

Os Jogos Rio 2016 colocarão o Brasil sob os holofotes da cena internacional, reforçando o seu status de economia importante e em pleno crescimento, e de destino turístico inigualável. Os Jogos Rio 2016 irão assegurar que essa visibilidade seja aproveitada para divulgar os valores autênticos dos Movimentos Olímpico e Paraolímpico na América do Sul e no mundo. (RIO DE JANEIRO, 2009, p.20)

O documento cita a execução de outros eventos esportivos internacionais a serem realizados até a data designada para os Jogos Olímpicos de verão de 2012: os Jogos Pan-americanos, em 2007; os Jogos Mundiais Militares, em 2011 e a Copa do Mundo de Futebol FIFA, em 2014, conferindo assim maior credibilidade perante o Comitê Olímpico. A menção ao aprendizado obtido na observação da realização de outros Jogos Olímpicos em dadas ocasiões também surte o mesmo efeito, pois, como notado na seção anterior, o COI organiza um fórum de aprendizado durante as Olimpíadas de Pequim. Ao elogiar o aprendizado com os Jogos Olímpicos anteriores, o país está, também, indiretamente, elogiando a atitude do COI em promover eventos onde tais aprendizados podem ser concebidos. A preocupação com o meio ambiente aliado à sustentabilidade também é recorrente: a citação à preservação da mata atlântica conta como ponto favorável à cidade. Vejamos, pois, como podem esses aspectos acima mencionado serem agrupados e analisados em relação aos discursos proferidos pelo Brasil na abertura da Assembleia Geral da ONU desde a emissão do documento de candidatura às Olimpíadas.

5. CONCLUSÕES

Após a abordagem dos conceitos de poder brando, diplomacia pública, diplomacia cultural e diplomacia esportiva e análise da posição tomada pelo Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas e no processo de candidatura para os Jogos Olímpicos de 2016, farei um alinhamento das posições tomadas nos dois momentos baseado nas teorias supracitadas. Primeiramente, cabe afirmar que o Brasil se mostrou coerente em seus discursos na Assembleia Geral durante todo o período analisado – de 2007 a 2014. Em grande parte, pode-se atribuir tal coesão ao fato de o país ter sido liderado durante o período por chefes de Estado de um mesmo partido, o Partido dos Trabalhadores. Os discursos mantiveram sua coerência perante a conjuntura internacional e apresentaram similaridades quanto às aspirações e anseios do país. Quanto à abordagem do governo brasileiro no Arquivo de Candidatura, a recorrência de alguns tópicos é notável.

O Brasil demonstrou ser um jogador ciente do jogo em que está inserido. A abertura do documento de candidatura por João Havelange, evocando os momentos vividos por ele e pelo atual presidente do COI foi fundamental para demonstrar que o Brasil possui uma certa influência no que tange às organizações esportivas internacionais. As raras citações de eventos esportivos internacionais nos discursos promovidos nas Nações Unidas, entretanto, demonstram que o país não está acostumado a utilizar a diplomacia esportiva nas relações internacionais. A presença do poder brando nos discursos, entretanto, é perceptível. O Brasil tem familiaridade com a utilização de poder brando e de diplomacia pública, sendo através da utilização destas que demanda um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nas Nações Unidas, a posição do país quanto à reforma do Conselho de Segurança exemplifica a possibilidade de usar o poder brando para atingir objetivos no sistema internacional. Quando Celso Amorim é empossado como Ministro das Relações Exteriores, o país assume uma postura mais forte no sistema internacional e reivindica, inclusive, o direito por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CANANI, 2004). É possível observar no discurso de Celso Amorim, que define o país dentro dos aspectos estabelecidos por Nye, a caracterização do poder brando brasileiro, ou seja, da maneira como o país age no sistema internacional para exercer sua influência de forma pacífica. Da mesma maneira, o Brasil reafirma a sua política de não-intervenção e de solução pacífica de controvérsias, não sendo uma nação adepta do poder duro mesmo se pertencente ao Conselho de Segurança.

Eu diria, é claro, que [o Brasil] é uma potência negociadora. Mas seria muito simplista pensar que o Brasil sempre olhou o consenso pelo consenso. Nós também temos uma visão de como as coisas deveriam ser e nós tendemos a trabalhar nesta direção. Nós batalhamos para ter um mundo mais democrático, para falar. Mais países são ouvidos na cena mundial – um mundo onde as relações econômicas são mais balanceadas e, é claro, no qual países em qualquer área podem falar uns com os outros sem prejuízos. [...] Então, o Brasil tem esta característica única que é muito útil nas negociações internacionais: ser capaz de se colocar no lugar de outro, o que é essencial quando se está procurando por uma solução (AMORIM, 2010b)

Além de identificar o perfil de atuação brasileira no sistema internacional, Amorim também defende, intrinsecamente, uma reforma no mesmo sistema. A teorização de poder duro utilizada por Nye também é evidente no discurso do ministro, que salienta que a utilização do poder duro não pode ser considerada completamente eficaz. A posição de Amorim em 2010 é coerente com os discursos presidenciais anteriores e posteriores, que salientam que o Brasil tem 140 anos de paz com seus vizinhos na América (ROUSSEFF, 2011; ROUSSEFF, 2014) e que busca cooperação com os mesmos vizinhos, sendo líder dos processos de negociação e da criação de blocos econômicos na região (DA SILVA, 2007; DA SILVA, 2008). O discurso do ministro ainda pode ser considerado embebido no desejo pela reforma política internacional na medida em que critica indiretamente a utilização de recursos militares pelos países detentores de assentos permanentes no Conselho de Segurança e, portanto, o poder duro como defendido por Nye.

No mundo de hoje, o poder militar será cada vez menos utilizável de forma que essas outras habilidades - a capacidade de negociar com base em políticas econômicas sólidas, com base em uma sociedade que é mais justa do que costumava ser, e será mais justa amanhã do que é hoje – todas estas são coisas que ajudam. Eu não acho que há muitos países que podem se gabar de ter 10 vizinhos e não ter nenhuma guerra nos últimos 140 anos (AMORIM, 2010a)

Andreia Soares e Castro também analisa a posição brasileira em seu trabalho, abordando os Jogos Olímpicos e a Copa Mundial de futebol no Brasil. No trabalho de Castro (2013), podem ser encontrados argumentos que salientam a posição brasileira perante o poder brando e sua utilização. É interessante observar que o ideal de descolonização, evidente na política externa brasileira até 1993, não é mais considerado na atualidade devido a maioria dos processos de descolonização terem sido encerrados nesta década (CANANI, 2004). A posição brasileira, destarte, passa a considerar o desenvolvimento como principal característica e o modelo de crescimento econômico se torna o baluarte de sua influência.

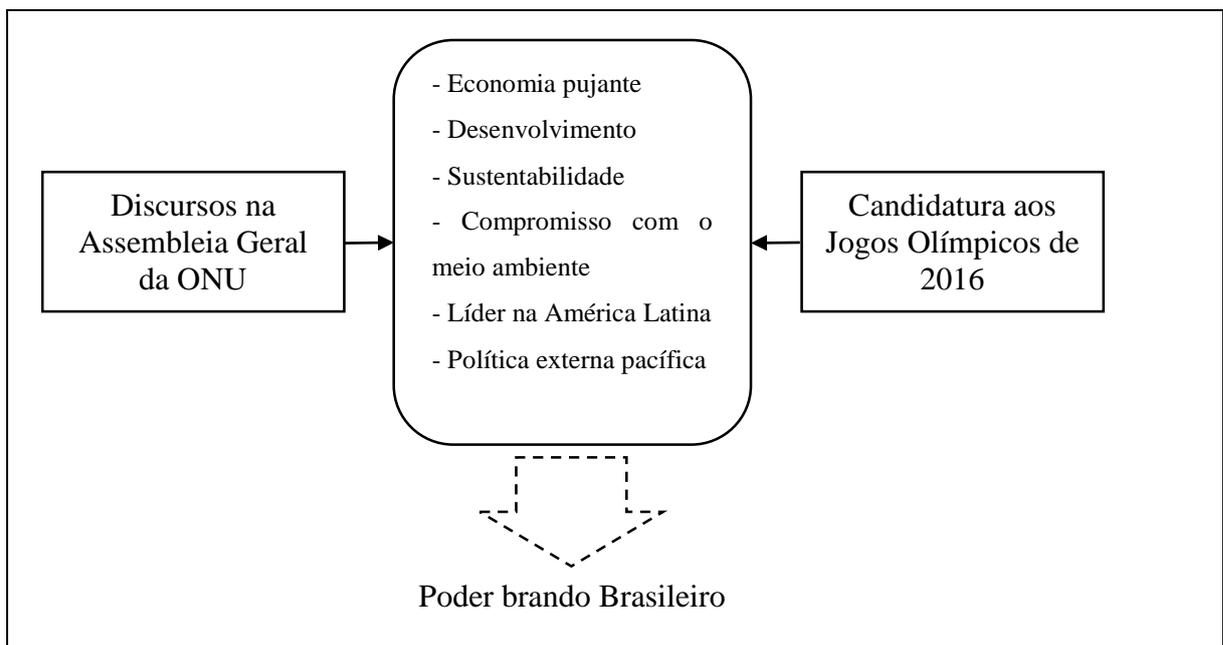
Aumento do poder duro através de um crescimento econômico mais rápido não é suficiente. Exercer influência e promover soft power tem sido uma meta importante da política externa do Brasil, a fim de reforçar a sua influência regional e global. Este continua a ser o caso no Brasil pós-Lula (CASTRO, 2013, p.29)

O desenvolvimento é uma marca fundamental da candidatura do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. No documento, podemos encontrar referências a programas sociais desenvolvidos pelos governos de Lula e Dilma Rousseff e a promessa de que os Jogos Olímpicos garantiriam a manutenção do desenvolvimento provido por estes programas. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é citado tanto no documento de candidatura quanto no discurso de Lula em 2007, evidenciando o alinhamento da política nas duas ocasiões. No que tange ao gerenciamento econômico, o Arquivo de Candidatura, entregue em 2009, faz menção à crise econômica mundial ocorrida em 2008 e reitera a política brasileira que foi capaz de emergir da mesma rapidamente. As falas do Brasil na ONU confirmam o fato até o ano de 2014, quando a presidente salienta que a crise chega indiretamente ao país. Outro ponto fortemente defendido tanto junto às Nações Unidas na campanha junto ao COI é a relação do Brasil com o meio ambiente. O país destaca na ONU as medidas tomadas proativamente nos fóruns mundiais sobre as mudanças climáticas em todos os discursos anteriormente analisados, destacando as conferências ECO-92 e RIO+20 que tiveram sede no Rio de Janeiro. No relatório ao COI, os mesmos eventos são citados, e há destaque para o projeto de preservação da Mata Atlântica em todos os tópicos mencionados nos relatórios técnicos.

A América Latina é citada com ênfase no Arquivo de Candidatura, pois seria a primeira vez que os Jogos Olímpicos teriam sede na região. A preocupação do Brasil em representar o subcontinente é notável e pode representar o campo de atuação hegemônica do país. Paralelamente, na Assembleia Geral, o país defende seus vizinhos latino-americanos – como evidenciado no incidente de Honduras e na catástrofe no Haiti – e faz menção de destaque às reuniões constituintes da CELAC, sem intervenção norte-americana, podendo insinuar a ascensão de uma nova potência regional. Por fim, o país retrata sua democracia participativa que, como mencionado em seções anteriores, poderia ter sido afetado pelas manifestações de junho de 2013. A atuação da presidente Dilma Rousseff, porém, foi fundamental para que os valores governamentais brasileiros, nos moldes da teorização de Nye, não fossem corrompidos. Pode-se afirmar que as políticas adotadas tanto nos discursos promulgados na Assembleia Geral das Nações Unidas, quanto na candidatura para hospedagem dos Jogos Olímpicos de 2016 são, deste modo, coerentes entre si.

A proposição deste trabalho então pode ser confirmada conforme esquema abaixo representado, retomando o proposto no primeiro capítulo. É possível avaliar através deste trabalho não apenas o fato de o país se mostrar coerente nas duas ocasiões – Discursos na Assembleia Geral da ONU e Candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016 – como também é possível identificar quais são essas políticas, representadas na figura central do esquema.

Quadro 6 – Esquema Conclusivo



Fonte: Elaboração própria.

Há de se considerar, portanto, que as políticas avaliadas no decorrer do trabalho podem ser representativas do poder brando brasileiro. É fundamental salientar que o poder brando brasileiro compreende a totalidade de políticas adotadas pelo país em todos os fóruns de discussão da política internacional em um dado período, sendo a conclusão deste trabalho sugestiva e propositiva do soft power brasileiro. Há de se aprofundar o estudo do mesmo, entretanto, para que a análise possa se tornar mais assertiva e representativa da teoria de Nye aplicada ao país. O presente trabalho, embora tenha alcançado os objetivos propostos, abre espaço para que mais material seja produzido sobre o tema, visto que o mesmo pode ser abordado através de diferentes prismas e ser confirmado ou refutado de acordo com análises posteriores.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. Discurso na Cerimônia de Abertura da 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque: Setembro de 2010a.

_____. The Soft-Power Power. Nova Iorque, Foreign Policy. Novembro de 2010b.

Entrevista a Susan Glasser. Disponível em:

<http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/11/29/the_soft_power_power>. Acesso em 17 Jun. 2014.

ARRAES, Virgílio Caixeta. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p.152-168, Dezembro de 2005. Semestral.

BAER, Werner. A retomada da inflação no Brasil: 1974-1986. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.29-72, abr. 1987.

BULUMAC, Ovidiana; SAPUNARU, Gabriel. Losing Focus: an Outline for Romanian Cultural Diplomacy. In: TOPIC, Martina; RODIN, Sinisa. **Cultural Diplomacy and Cultural Imperialism: European perspective(s)**. Berlim: Peter Lang, 2012.

CANANI, Ney. **Política externa no governo Itamar Franco, 1992-1994: Continuidade e renovação de paradigma nos anos 90**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. 126 p.

CASTRO, Andreia Soares e. 2014 FIFA World Cup and 2016 Olympic Games: Brazil's strategy "to win hearts and minds" through sports and football. **Public Diplomacy Magazine**. Inverno de 2013. 35 p.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO RIO DE JANEIRO. **Organograma do Sistema ONU**. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/organograma-do-sistema-onu/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

CHAKRABORTY, Kishore (Ed.). **Dicionário de Diplomacia Cultural**. Berlim: Center for Cultural Diplomacy Studies Publications, 2013. 97 p.

COOMBS, W. Timothy; SIGNITZER, Benno. Public Relations and Public Diplomacy: Conceptual Convergence. **Public Relations Review**, Amsterdam, v. 18, n. 2, p.137-142, abr. 1992.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). **Brazil in the United Nations: 1946 – 2011**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. 969 p.

DA SILVA, Luís Inácio. Discurso na Cerimônia de Abertura da 62ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque: Setembro de 2007.

_____. Discurso na Cerimônia de Abertura da 63ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque: Setembro de 2008.

_____. Discurso na Cerimônia de Abertura da 64ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque: Setembro de 2009.

_____. Discurso durante cerimônia de início da jornada para a Copa do Mundo 2014. Joanesburgo: Julho de 2010.

FIGUEIRA, Ariane. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FITZPATRICK, Kathy; FULLERTON, Jami; KENDRICK, Alice. Public Relations and Public Diplomacy: Conceptual and Practical Connections. **Public Relations Journal**. Nova Iorque, p. 1-21. Outubro de 2013.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009

INSTITUTE FOR CULTURAL DIPLOMACY. **ICD Cultural Diplomacy Outlook 2011**. Berlim: ICD Publications, 2012.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Bid Procedure for the Games of the Olympiad of 2016**. Lausanne: Research And Reference Olympic Studies Centre, 2010.

_____. **2016 Host City election**. Disponível em: <<http://www.olympic.org/content/theioc/bidding-for-the-games/past-bid-processes/election-of-the-2016-host-city>>. Acesso em: 24 nov. 2014a.

_____. **All About the bid process**. Disponível em: <<http://www.olympic.org/content/theioc/bidding-for-the-games/all-about-the-bid-process/>>. Acesso em: 24 nov. 2014b.

_____. **2016 Candidature Acceptance Procedure and Questionnaire**. Lausanne: International Olympic Committee, 2007.

JOWELL, Tessa. The Soft Power of Culture. In: Conferência Anual de Diplomacia Cultural. Berlim: 2013.

MACNAMARA, Jim. Corporate and organizational diplomacy: an alternative paradigm to PR. **Journal of Communication Management**. Bingley, p. 312-325. Julho de 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 2007. 176 p. Trad. Antônio Caruccio-Caporale.

MELISSEN, Jan. **Beyond the New Public Diplomacy**. Clingendael: Netherlands Institute Of International Relations, 2011.

MURRAY, Stuart. **Sports-Diplomacy**: a hybrid of two Halves. International Symposium on Cultural Diplomacy. Berlim: 2011. 25 p.

NYE, Joseph. **Soft Power**: The means to success in world politics. Nova Iorque: Public Affairs: 2004. 191 p.

RIO DE JANEIRO. **Candidature File for Rio de Janeiro to host the 2016 Olympic and Paralympic Games.** Prefeitura do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

ROUSSEF, Dilma Vana. Discurso na Cerimônia de Abertura da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque: Setembro de 2011.

_____. Discurso na Cerimônia de Abertura da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque: Setembro de 2012.

_____. Discurso na Cerimônia de Abertura da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque: Setembro de 2013.

_____. Discurso na Cerimônia de Abertura da 69ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque: Setembro de 2014.

SHARP, Paul. Revolutionary states, outlaw regimes and the techniques of public diplomacy. In: MELISSEN, Jan (Ed.). **The new public diplomacy: Soft Power in international relations.** Leiden: Martinus Nijhoff/brill, 2005. p. 106-123.

THE OLYMPIC MUSEUM (Suíça). **Hope: Educational Kit.** Lausanne: The Olympic Museum, 2011.

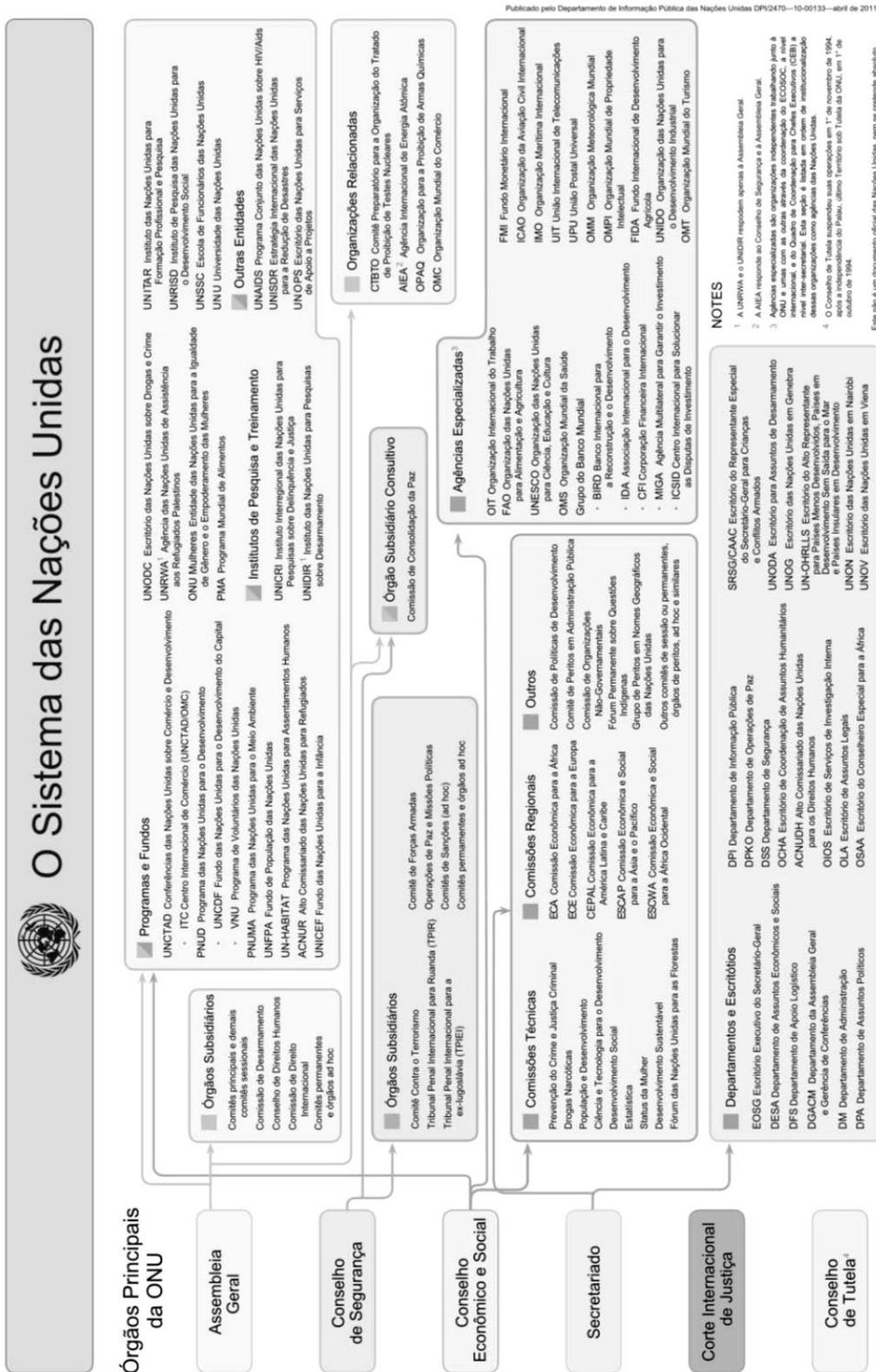
TUCH, Hans N. **Communicating with the world: U.S. public diplomacy overseas.** Nova Iorque: St Martin's Press, 1990.

WAGNLEITNER, Reinhold. The Empire of Fun, or Talkin' Soviet Union Blues: The Sound of Freedom and U.S. Cultural Hegemony in Europe. **Diplomatic History.** Oxford, p. 499-524. Verão de 1999.

WALLER, J. Michael. **The public diplomacy reader.** Washington: The Institute for World Politics Press, 2007.

ANEXOS

Anexo A – Estrutura organizacional das Nações Unidas



Fonte: Centro de Informação das Nações Unidas no Rio de Janeiro, 2014.

Anexo B – Principais habilidades desenvolvidas pelos agentes de diplomacia pública**Categoria 1: Comunicação e construção de relacionamentos**

Comunicação e conceitos e estratégias de persuasão

Comunicação e teorias de relações públicas

Relacionamentos e construção de relacionamentos

Comunicação persuasiva

Maestria linguística em comunicação oral e escrita

Resolução de problemas em negociação

Escrita persuasiva e informativa

Relações de comunidade, consumidor, empregado e outras áreas de prática

Fluência visual e tecnológica

Comunicação interpessoal sensível

Habilidades de escuta crítica

Fluência em uma língua estrangeira

Produção de mensagens

Apresentação e discurso em público

Pensamento crítico

Resolução de problemas criativa e inovadora

Categoria 2: Gestão

Conceitos e teorias de gestão

Gestão da informação

Gestão da organização

Gestão de relacionamentos

Gestão da comunicação

Gestão de crises

Gestão de problemas

Gestão de riscos

Gestão de pessoas, programas e recursos

Tomada de decisão ética

Problemas e requisitos legais

Marketing e finanças

Desenvolvimento e mudança organizacional

Planejamento estratégico
Segmentação da audiência
Boas práticas em ambiente digital
Liderança e empreendedorismo
Princípios de negócios e processos

Categoria 3: Multicultural/Global

Tendências societárias
Questões globais e multiculturais
Questões de diversidade
Arcabouços sociais, políticos, econômicos e históricos do mundo
Sensibilidade transcultural e transgênero

Categoria: Pesquisa/Histórica

História das relações públicas
Análise e métodos de pesquisa
Usos de pesquisa e predição
Questões atuais
Monitoramento do ambiente

Fonte: Fitzpatrick, Fullerton e Kendrick (2013)